

CLIPPING 07 de junho de 2019

GRUPO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

SUMÁRIO

CITADAS	4
Feira de Artesanato e Gastronomia, na zona norte, contará com serviços do CATe e da Ade Sampa	4
Zona Noroeste contará com curso gratuito para empreendedores	6
VALOR ECONÔMICO	7
A estratégia e o plano econômico de Guedes	7
Inflação desacelerou em maio e teve menor alta do ano, estimam analistas	9
Perda com economia informal vai a 5,6% do PIB	10
Indústria perde 17 mil empresas e corta 1,3 milhão de vagas em 4 anos	12
Reforma preserva deputados que pagam para regime previdenciário especial	14
Startups estrangeiras reforçam interesse no país	16
STF dispensa aval do Congresso para venda de subsidiárias de estatais	17
Credenciadoras se armam para disputar varejo on-line	18
Informalidade é a nova regra no 'dress code' de executivos	20
Indústria perde 1,3 milhão de vagas em quatro anos, aponta IBGE	23
FOLHA DE S. PAULO	24
Painel	24
Coluna da Mônica Bergamo	26
Bolsonaro sanciona lei que permite internação forçada de usuários de drogas	28
Entre 2014 e 2017, indústria cortou 1,1 milhão de vagas e reduziu salários em 14,7%	30
Por apoio de ruralistas, reforma da Previdência deve manter isenção a exportação e poupar trabalh rural	
Só a reforma da Previdência não basta, diz Pastore	32
Tarifas abalam economia e BCs já preparam corte de juro	33
Uma ousadia chamada Redenção	
Maior festival de comida de rua do mundo chega a São Paulo	36
ESTADÃO	37
Coluna do Estadão	37
Direto da Fonte com Sonia Racy	39
Brasil discute criação de moeda comum com Argentina	41
STF libera venda de subsidiária de estatal sem aval do Congresso	43
Governadores fazem apelo para ficar na Previdência	45
Relator da Previdência pode mudar regra para servidor perto da aposentadoria	47
Brasileiros retiram R\$ 718,7 milhões da poupança em maio	49
VEÍCULOS DIVERSOS	50
Indústria perdeu 1,1 milhão de postos de trabalho em três anos	50
Mais de 200 mil lojas fecham no Brasil em três anos	51
Conheça os tipos de contrato de trabalho reconhecidos pela CLT	52
5 vantagens de trabalhar em um coworking	54
E-commerces têm a maior alta já registrada no faturamento mas ainda buscam ferramentas aprimorar seus serviços; Cashback é uma boa aposta	
7 erros de empreendedores iniciantes que você precisa evitar para a sua startup	57

Indústria de podcast deve gerar US\$ 1 bilhão em receita até 2021	59
Startups brasileiras poderão conhecer gratuitamente o ecossistema de Boston	60
Estado realiza feira de oficinas e orientação profissional para dependentes químicos	62
"Precisamos transformar os universitários em líderes capazes	64
de mudar o mundo"	64
Empatia: a interação humanizada necessária ao Mundo 4.0	66
Deficientes visuais recebem curso de empreendedorismo do Sebrae	67
Rumos da economia: 2019, ano perdido?	68

CIDADE DE SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

CITADAS

Veículo: SP DE FATO **Data:** 07/06/2019

Feira de Artesanato e Gastronomia, na zona norte, contará com serviços do CATe e da Ade Sampa

A zona norte da cidade receberá a segunda edição de uma das maiores feiras de artesanato e gastronomia da região. O evento, que ocorre nos dias 8 e 9 de junho, é realizado pelo Movimento Ecocultural, organização contratada pela Ade Sampa – Agência São Paulo de Desenvolvimento para gerir o Teia de Taipas. A ação tem como objetivo oferecer gratuitamente à comunidade da Freguesia do Ó serviços de geração de renda, gastronomia e lazer.

"É de extrema importância que os serviços da Secretaria sejam oferecidos durante este evento que promove não só a cultural local, como também a qualificação profissional dos moradores. Com os nossos serviços ele poderá buscar uma oportunidade no mercado de trabalho formal ou até mesmo descobrir o seu perfil empreendedor e ser dono do seu próprio negócio", declara a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

A Feira cria oportunidade de geração de renda e trabalho para expositores de artesanato e alimentação, abre espaço para que cantores, grupos musicais e entidades divulguem seus trabalhos, além de proporcionar Subprefeitura comunidades da da Freguesia/Brasilândia a oportunidade de usufruir de atividades artísticas e culturais gratuitamente.

Durante os dois dias de evento, a equipe da Ade Sampa terá uma tenda no espaço com orientações sobre cursos e os programas de capacitação para empreendedores como o Vai Tec – Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas, o Fábrica de Negócios e o Teia.

Já o CATe - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo levará a oferta de diversas vagas de emprego, orientação profissional e emissão da carteira de trabalho. Para se candidatar a uma das oportunidades é necessário portar RG, CPF, carteira de trabalho e número do PIS. O serviço funciona direcionando o trabalhador para processos seletivos de acordo com o seu perfil profissional.

Para fazer a emissão da carteira de trabalho, o interessado deve ter em mãos o RG, CPF e uma foto 3x4 atualizada, no caso de segunda via, é necessário apresentar o Boletim de Ocorrência ou declaração quando tratar-se de extravio, furto, roubo ou perda.

O público também encontrará no local exposição de artesanato, food trucks e barracas de alimentação, apresentações de artes cênicas, circenses e musicais de estilos variados.

A ação ocorre em parceria com a subprefeitura Frequesia/Brasilândia, as secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Saúde e de Cultura, OCESP -Organização das Cooperativas do Estado de Cooperativa de Reciclagem Paulo, Crescer; Federação Paulista de Cooperativas de Reciclagem; Loga - Logística Ambiental de São Paulo, Sabesp - Saneamento Básico do Estado de São Paulo, PAVs - Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, Coopermiti -Cooperativa de Produção e Reciclagem de Resíduos Elétrico Eletrônicos, SPTuris - São Paulo Turismo e Atitude G3 Produções.

Movimento Ecocultural

O Movimento Eco Cultural é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída em março de 1996, e tem como objetivo defender os interesses coletivos e individuais da sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável e realizando atividades que atendam aos princípios do pluralismo cultural, da educação ambiental e da plena cidadania.

Para mais informações sobre os programas da Ade Sampa acesse www.adesampa.com.br



CITADAS

Serviço

 2^{a} Feira de Artes e Gastronomia da Freguesia do Ó

Data: 8 e 9 de junho

Horário: das 12h às 22h

Endereço: Rua Simão Velho - Paralela à Av.

Miguel Conejo

*Evento Gratuito

https://www.saopaulodefato.com/noticia/feira -de-artesanato-e-gastronomia-na-zona-nortecontara-com-servicos-do-cate-e-da-adesampa

CIDADE DE SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

CITADAS

Veículo: Folha Noroeste **Data:** 06/06/2019

Zona Noroeste contará com curso gratuito para empreendedores

A Ade Sampa – Agência São Paulo de parceria Desenvolvimento, em com Associação Beneficente Comunitária Aurora -ABC Aurora, realiza gratuitamente no mês de junho o curso de Planejamento e Gestão. Durante quatro encontros, os participantes aprenderão sobre os princípios e práticas de empresarial planejamento gestão е estratégico. O encontro será realizado no Instituto Leão da Tribo de Judá, zona noroeste da capital, e tem como objetivo ajudar os empreendedores a organizar suas atividades utilizando métodos adequados e ações para atingir a sua meta.

"Além de oferecer políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho também tem a missão de capacitar e qualificar o empreendedor para que ele possa tratar de todos os aspectos importantes relacionados à sua empresa, desde o planejamento ao desenvolvimento", declara a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

Nas 20 horas de curso, os participantes farão estudo de cases, debates e apresentações de negócios, além de aprenderem técnicas de solução de problemas. Ao final da oficina, cada aluno apresentará um projeto colocando em prática tudo que foi apresentado durante os encontros.

A atividade é aberta para os munícipes que já possuem um empreendimento e desejam organizá-lo da melhor maneira e também para quem ainda tem uma ideia no papel, que assim poderá colocar seu negócio em prática com um planejamento mais consciente.

Para participar é preciso ter mais de 16 anos e se inscrever pelo link https://www.abcaurora.org.br/empreendedori smo preenchendo nome, telefone, e-mail e o curso de interesse.

Serviço

Curso: Planejamento e Gestão Data: 1, 8, 15 e 29 de junho

Horário: 9h às 14h

Local: Instituto Leão da Tribo de Judá

Endereço: Rua Oduvaldo Viana, 763 - Pirituba

http://folhanoroeste.com/zona-noroeste-contara-com-curso-gratuito-para-

empreendedores/





VALOR ECONÔMICO

A estratégia e o plano econômico de Guedes

Na economia, o governo tem vários projetos e uma estratégia. Segundo fontes qualificadas, o plano do ministro Paulo Guedes comporta uma série de propostas que somente serão conhecidas depois de aprovada a reforma da Previdência.

A precaução tem lá os seus motivos. Trata-se de um plano com um amplo legue de projetos de mudanças que vão ferir interesses de grupos específicos com representação no Congresso Nacional. Ao conhecê-lo de antemão, parlamentares com contrariados poderão se voltar contra a aprovação da reforma da Previdência, que é para dar um horizonte sustentabilidade para as contas públicas e garantia de solvência do Estado.

Só nas duas últimas semanas foram criadas três novas frentes no Congresso, em oposição a algumas das ideias consideradas pela equipe econômica. São elas: a Frente Parlamentar Contra a Privatização dos Correios; a Frente Parlamentar Contra a Privatização de Bancos Públicos Federais; e, ainda, а Frente Parlamentar Privatização Contra a da Petrobras.

A estratégia, portanto, é a de ser bastante comedido nas informações sobre o programa econômico do governo, porque haverá medidas "capazes de produzir terremotos na escala Richter de 7,5", ou seja, com grande capacidade de desagradar grupos específicos, explicou uma graduada fonte oficial; e outras com impactos menores, mas também não desprezíveis, sobretudo para uma complicada base de sustentação política, completou.

O que orienta a comunicação oficial, nesse caso, é a necessidade de escolher quais as batalhas a se enfrentar primeiro e não tumultuar o ambiente já bastante volátil.

Vez por outra o governo lança uma ideia para testar quais são as forças políticas contrárias. Foi assim, por exemplo, com a notícia recente, confirmada pelo ministro da Economia, sobre a intenção de liberar cerca de R\$ 22 bilhões de contas inativas e ativas do FGTS e do PIS após o avanço da reforma da Previdência.

A reação contrária surgiu da bancada de apoio do programa Minha Casa, Minha Vida, que não quer perder o acesso a essa poupança forçada e mal remunerada do trabalhador para financiar a construção de moradias populares. O governo considerou a manifestação e o poder de fogo dessa bancada como algo administrável.

Outras medidas estão em discussão para serem anunciadas após aprovação da nova Previdência. Não está claro se a aprovação da reforma na comissão especial é suficiente para o governo começar a abrir o jogo ou se ele aguardará a votação no plenário da Câmara.

Dentre as medidas do plano de Paulo Guedes, constam o cronograma e a extensão das privatizações, que precisam ser submetidos ao Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), e o destino das empresas estatais federais dependentes do Tesouro Nacional.

Essas são 18 companhias que geram um gasto de R\$ 21,6 bilhões, conforme orçamento deste ano já adicionado de créditos suplementares. Elas empregam mais de 73 mil funcionários e não sobrevivem sem a dotação de verbas da União para bancar as suas despesas.

Na lista das estatais dependentes está a Embrapa, considerada estratégica para o desenvolvimento de pesquisas genéticas na agricultura e na pecuária, cujo gasto anual da União é de R\$ 3,67 bilhões. Mas são os serviços de saúde os que mais demandam recursos dos contribuintes. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) dispõe de um orçamento para 2019 de R\$ 5,11 bilhões Outro R\$ 1,26 bilhão é destinado ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre e mais R\$ 1,51 bilhão para o Hospital Nossa Senhora da Conceição.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem um orçamento para este ano de





R\$ 2,69 bilhões. Outras três empresas com gastos superiores a R\$ 1 bilhão são a CBTU, de transportes urbanos, a Codevasf, de desenvolvimento do Vale do São Francisco, e a INB, de indústrias nucleares.

Essas empresas estão sob um detalhado escrutínio da área econômica do governo, sobretudo da Secretaria de Desestatização e de Desinvestimentos. Algumas deixarão de ser empresas e devem se transformar em autarquias, em que os salários são menores, obedecem a uma política de reajuste e não há a existência de conselhos de administração ou fiscal.

Outras permanecerão como empresas, mas estão passando por um trabalho de ganho de eficiência e de emagrecimento. Para reduzir o prejuízo anual com a sustentação dessas companhias, o governo quer vender parte dos ativos que elas têm, como fazendas e imóveis urbanos.

Há toda uma concepção que levou a área econômica a definir a estratégia de comunicação do programa econômico. No Brasil, segundo a ótica do governo, há muitos grupos com forte poder de articulação e influência política. São empresários, sindicalistas e funcionários públicos, dentre outros, capazes de criar muito barulho e contaminar o ambiente para a aprovação da reforma da Previdência.

Acredita-se que, depois de aprovada a reforma, haverá um novo ambiente, "de céu azul após a tempestade". Fontes oficiais argumentam que a nova Previdência será um divisor de águas e um momento importante para o presidente Jair Bolsonaro. "E no 'day after' teremos um pipeline de planos", salientam, ao elencar da reforma tributária às privatizações, da abertura da economia a um novo pacto federativo, da conversibilidade da moeda e permissão para a abertura de contas em dólar no país a uma série de outras medidas que vão amplificar o impacto da nova Previdência. "A reforma é, portanto, o início de um processo de mudanças que vamos fazer", assegurou uma categorizada fonte da área econômica.

É esse conjunto ainda desconhecido de medidas que poderá sustentar uma recuperação mais dinâmica da atividade econômica. Essa é, pelo menos, a aposta do núcleo da equipe que assessora Guedes.

https://www.valor.com.br/brasil/6296419/estrategia-e-o-plano-economico-de-quedes





Inflação desacelerou em maio e teve menor alta do ano, estimam analistas

A inflação deve ter desacelerado em maio para o índice mais baixo do ano, refletindo a descompressão das altas em grupos com peso relevante no orçamento das famílias, como alimentação e combustíveis.

A mediana de 29 projeções captadas pelo Valor Data com consultorias e instituições financeiras aponta para alta de 0,20% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês passado, contra avanço de 0,57% em abril. O intervalo das expectativas vai de 0,14% a 0,33%.

No acumulado em 12 meses, o IPCA deve ir de 4,95% para 4,73%. Neste caso, os economistas preveem um número de 4,67% a 4,86%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga hoje o dado oficial.

A principal contribuição para a desaceleração do índice deve vir de alimentos e bebidas, destaca Fábio Romão, analista da LCA Consultores, para quem o segmento caiu 0,54% em maio, de uma alta de 0,63% em abril.

Segundo ele, haverá devolução parcial de aumentos relevantes em alimentos in natura como tomate, frutas e hortaliças. No grupo carnes, Romão prevê deflação generalizada, abarcando carnes bovinas, pescados e aves.

Para o índice cheio, a expectativa da LCA é de alta de 0,17% em maio e de 4,67% em 12 meses. Segundo Romão, a inflação acumulada deve seguir em desaceleração nas próximas leituras. Depois do pico ao redor de 5% em abril, o IPCA deve terminar o ano em 3,9%, abaixo do centro da meta, de 4,25%, estima LCA.

Os analistas do Bradesco ressaltam, em relatório, que o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe (IPC-Fipe), que mede a inflação em São Paulo e é considerado um antecedente do indicador nacional do IBGE, mostrou variação de -0,02% em maio -

ajudado, justamente, por uma deflação do grupo alimentação.

"Assim, esta última divulgação corrobora a expectativa de que o IPCA de maio apresente uma desaceleração significativa em relação aos meses anteriores, confirmando o cenário confortável de preços ao consumidor", diz o relatório. O Bradesco prevê alta de 0,16% do IPCA no mês passado.

De acordo com economistas do Itaú, o risco de pressões inflacionárias pelo lado da demanda permanece baixo. "Adicionalmente, a inércia inflacionária segue comportada, as expectativas de inflação estão ancoradas e a capacidade ociosa da economia ainda está elevada", afirmam os analistas, em relatório.

Outro alívio importante para a inflação virá do segmento transportes, que deve perder fôlego e reduzir o avanço de 0,94% para 0,15%, calcula Romão. Segundo ele, é possível estimar estabilidade para o etanol e alta menos intensa da gasolina no mês passado.

A Petrobras anunciou recentemente duas reduções no preço dos combustíveis, em 25 de maio e 1º de junho. Parte desse feito já vai aparecer no IPCA de maio e o restante vai seguir contribuindo para o abrandamento do índice de junho, mês para o qual parte dos analistas já vê chance de deflação. Segundo Romão, a projeção para o IPCA deste mês está, por ora, em -0,01%. Ainda em transportes, as passagens aéreas também vão contribuir para a inflação menor de maio. No IPCA-15, o item caiu 21,78%, taxa que deve se repetir agora.

https://www.valor.com.br/brasil/6296399/inflacao-desacelerou-em-maio-e-teve-menor-alta-do-ano-estimam-analistas





Perda com economia informal vai a 5,6% do PIB

A crise econômica e a lentidão da retomada resultaram na expansão da economia subterrânea. Como resultado, a perda de arrecadação com a informalidade aumentou. Em 2018, União, Estados e municípios deixaram de arrecadar R\$ 382 bilhões em tributos devido à economia subterrânea, o equivalente a 5,6% do PIB. De 2017 a 2018 essa perda de arrecadação aumentou em 0,3 ponto percentual do PIB, o equivalente a R\$ 33 bilhões.

Os dados constam de levantamento feito pela economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). Os cálculos foram feitos para a Federação Brasileira de Associações de Fiscais Estaduais (Febrafite).

De acordo com o levantamento, o país conseguiu reduzir as perdas de arrecadação associadas à economia informal em quase dois pontos percentuais do PIB entre 2005 e 2014. A partir de então, porém, a tendência se inverteu. De 2014 a 2018, o volume de tributos não recolhido em razão da economia subterrânea aumentou 0,6 ponto percentual do PIB.

"É muito expressivo o valor que se deixa de arrecadar com a economia subterrânea", diz Vilma. O estudo aponta que a perda de arrecadação em 2018 em razão de recursos não declarados é muito próxima ao valor recolhido no mesmo ano com contribuições para o Regime Geral de Previdência Social.

A perda de arrecadação foi calculada com base no indicador de economia subterrânea divulgado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), em parceria com o Ibre/FGV. Para cada ano, o impacto da informalidade na arrecadação foi estimado considerando a carga tributária do período.

O indicador levantado pelo Etco/Ibre mostra que houve um processo de redução da economia subterrânea até o aprofundamento da recessão econômica, em 2016. No ano seguinte, a trajetória se inverteu. De 2016 a 2018 a economia subterrânea cresceu 1,4 percentual do PIB. A recessão econômica, de meados de 2014 ao fim de 2016, provocou um aumento brutal na taxa de desemprego, o que resultou em queda no consumo de bens e serviços e afetou a carga tributária nacional, diz Vilma. Mesmo após o fim da recessão econômica, segundo ela, os níveis de desemprego continuam elevados e a economia enfrenta dificuldades para crescer a taxas elevadas. Após crescer 1,1% em 2018, o PIB teve queda de 0,2% no primeiro trimestre de 2019 em relação aos três meses anteriores, na série com ajuste sazonal.

A recessão econômica, aponta o levantamento, tende a impulsionar a economia subterrânea, com aumento da informalidade e da sonegação fiscal. Segundo o indicador do Etco/Ibre, em 2018 a economia subterrânea atingiu 17,2% do PIB, o equivalente a R\$ 1,2 trilhão. Em relação ao ano anterior, a informalidade cresceu 0,7 ponto percentual do PIB, expansão que significou R\$ 96 bilhões que deixaram de ser declarados ao Fisco.

Juracy Soares, presidente da Febrafite, avalia que a economia subterrânea pode crescer e continuar causando impacto cada vez maior caso não seja feita uma reforma tributária ou medidas sejam tomadas para dar maior eficiência à fiscalização, com investimentos em inteligência fiscal.

Além da informalidade, outros fatores têm afetado a arrecadação, destaca Vilma. A tributação indireta, sobre bens e serviços, explica, representa 50% do que é arrecadado nas três esferas de governo. A arrecadação de bens e serviços, porém, diz a economista, tem operado abaixo de seu potencial também por questões como renúncia fiscal e litígios administrativos ou judiciais.

A carga tributária também não tem conseguido acompanhar o dinamismo econômico, diz Vilma. O espaço cada vez maior tomado por bens e serviços entregues por novos meios, em razão do avanço tecnológico - o streaming, por exemplo - e a perspectiva de mudanças nas relações de





trabalho são exemplos disso, aponta a economista. Uma reforma tributária seria necessária para enfrentar essas questões de forma mais eficaz, avalia ela.

O projeto de reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP), baseado na proposta elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), diz Vilma, é bemfundamentada e tem como pontos positivos aproximar a tributação de bens e serviços do país aos padrões mundiais, além de combater a complexidade do sistema triburário, ao mesmo tempo em que contempla questões federativas.

A proposta do CCiF prevê reunir no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) cinco tributos existentes atualmente: além dos federais PIS, Cofins e IPI, o ICMS estadual e o ISS municipal. Para Vilma, a mudança da tributação de bens e serviços é importante, mas é preciso discutir também a tributação sobre folha de salários e sobre renda. O projeto de reforma tributária espera instalação de comissão especial na Câmara dos Deputados.

https://www.valor.com.br/brasil/6296405/perda-com-economia-informal-vai-56-do-pib





Indústria perde 17 mil empresas e corta 1,3 milhão de vagas em 4 anos

O Produto Interno Bruto (PIB) industrial foi negativo por quatro anos consecutivos, entre 2014 e 2017, período em que o setor cortou 1,33 milhão de empregos e fechou 17 mil empresas (saldo entre aberturas e fechamentos). O grave quadro de crise do setor foi traçado pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2017, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa, que considera apenas o mercado formal, mostra que as indústrias ocupavam 7,7 milhões de pessoas no fim de 2017, o menor patamar desde 2007 (7,457 milhões). Na comparação ao ano imediatamente anterior, a queda foi relativamente mais amena, com a perda de 45 mil postos.

Outras pesquisas do IBGE mostram que o quadro de vagas não melhorou na indústria no ano passado. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, que inclui os setores foral e informal, o pessoal ocupado na indústria geral encolheu em 131 mil vagas no fim de 2018, na comparação com o fim do ano anterior.

Durante os quatro anos de crise da indústria, de 2014 a 2017, o PIB do setor acumulou baixa de 11,8%. Em 2018, voltou ao terreno positivo, com alta de 0,6%, conforme dados do IBGE. Neste primeiro trimestre de 2019, a indústria nacional retornou ao campo negativo, com queda de 0,7% no primeiro trimestre, influenciada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (Minas Gerais).

Segundo a pesquisa divulgada ontem, a indústria de transformação continua líder em emprego, respondendo por 97,5% do pessoal ocupado em 2017. Seus segmentos com maior representatividade são a fabricação de produtos alimentícios (23,3%) e a confecção de artigos do vestuário e acessórios (8,2%). Nas indústrias extrativas, as maiores participações são na extração de minerais metálicos (41,4%) e não metálicos (41,1%).

Já a receita líquida das empresas do setor industrial atingiu R\$ 2,97 trilhões em valores correntes em 2017, o que representa crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior. Apesar de positivo no curto prazo, a receita segue 7,7% abaixo da registrada há quatro anos, com destaque para a queda mais intensa nas indústrias extrativas (-16,9%).

O instituto detalhou ainda que 69,6% da receita líquida do setor estava nas mãos de companhias de grande porte, ou seja, com 500 ou mais funcionários. Isso equivalia a R\$ 2,1 trilhões em valores correntes de receita. Essa proporção não era muito diferente uma década atrás, quando estava em 69,4%.

Os gastos do setor com pessoal alcançaram R\$ 442,9 milhões em 2017, mantendo-se estável frente ao ano anterior. No total, os custos de despesas das empresas industriais foi de R\$ 3,11 trilhões em 2017, sendo a principal despesa com matérias-primas e componentes (R\$ 1,2 trilhão)

O levantamento abrange um universo de 318.285 empresas ativas, com uma ou mais pessoas ocupadas. No fim de 2013, esse universo era maior, formado por 334.976 empresas.

No detalhamento por produto, a pesquisa identificou que cem bens industriais concentraram mais da metade (53%) da receita de vendas do setor industrial do país em 2017. Essa concentração era um pouco menor (52,5%) no ano anterior.

O óleo diesel permaneceu como o produto de maior valor de vendas na indústria naquele ano: foram R\$ 63,7 bilhões, o equivalente a 2,8% no total nacional em 2017. Em meados daquele ano, a Petrobras iniciou sua política de preços de reajuste quase diário do combustível, refletindo as cotações internacionais.

Logo a seguir como maior valor de vendas aparecem os óleos brutos de petróleo (2,6%), seguidos por minério de ferro (2,6%) e automóveis (2,1%). Somados os quatro produtos, eles representaram 10,1% do total





de vendas da indústria, considerando um universo de 3.400 produtos que faturaram R\$ 2,3 trilhões em 2017.

Regionalmente, o perfil de produtos com maior peso na indústria era bastante diferente. No Estado de São Paulo, mais diversificado, 17,3% da produção era concentrada em alimentos.

https://www.valor.com.br/brasil/6296417/ind ustria-perde-17-mil-empresas-e-corta-13milhao-de-vagas-em-4-anos





Reforma preserva deputados que pagam para regime previdenciário especial

A proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso blinda boa parte dos atuais parlamentares federais que votará as mudanças na Constituição. Entre os deputados federais que vão apreciar regras mais rígidas para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada conseguirem a aposentadoria, há uma casta de privilegiados que não será enquadrada no progressivo das alíguotas contribuição e terá uma transição mais suave que os demais servidores.

Esse grupo, hoje formado por 174 deputados federais, segundo levantamento da Câmara de maio, contribui para o PSSC (Plano de Congressistas), Seguridade Social dos pagando alíquota de 11% do salário de R\$ 33.763,00, ou seja, contribuição mensal R\$ 3.713,93. Deputados que se elegeram em 2018 podem fazer a opção de regime previdenciário: se o especial do Congresso, o INSS, ou regimes próprios de Estados e municípios. A PEC só veda o ingresso a regimes especiais a partir dos próximos mandatos.

O texto original da PEC propõe que servidores públicos que ganham entre R\$ 20.000,01 a R\$ 39.000,00 paguem alíquotas de 14,68% a 16,79%. A regra, no entanto, não vale para deputados do atual mandato. Há outros 267 parlamentares que optaram por aderir ao Regime Geral da Previdência Social só receberão, quando aposentados, o teto de R\$ R\$ 5.839,45.

"A PEC exclui da incidência da regra quem tiver entrado na legislatura neste ano. Só vai valer para a próxima legislatura. Em outras palavras, quem estiver agora na Câmara, mesmo que em primeiro mandato, tem direito ao PSSC. E por que fizeram isso? Os parlamentares poderiam votar contra a reforma só porque prejudicariam seus próprios direitos", explica Jorge Boucinhas, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EASSP).

presidente da comissão de previdenciário da OAB-SP, José Roberto Sodero, também enfatiza a existência da blindagem parlamentar. "Só os novos eleitos vão para o regime geral. Os atuais [em regimes especiais ou próprios] não vão pagar [alíquotas de 16% ou 22%]. Só aumenta alíquota para o deputado que estiver no regime geral. Houve blindagem geral [de políticos], não só no parlamento federal. O chamado sacrifício fica limitado determinadas castas de trabalhadores. Os parlamentares não farão o sacrifício que os outros farão", afirma Sodero.

A distinção entre os deputados que vão votar a PEC no plenário da Casa possivelmente em junho provoca desconforto. "Tem um grupo de deputados aqui que pode sim falar de fim de privilégios na Previdência porque não tem aposentadoria especial: 267 recebem ou fizeram opção pelo INSS, pela previdência pública e recolhem sobre o teto. Só esses podem falar em corte de privilégios", afirmou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que é deputado federal desde 1999 e está no quinto mandato.

O parlamentar critica colegas que discursam contra a tabela progressiva de alíquotas "porque não querem pagar 20% de R\$ 30 mil". "Usam o pobre para falar que a previdência pega o assalariado, mas querem defender é a si próprios." Segundo o mineiro, também os deputados que estão em regimes próprios dos Estados devem pagar mais de 11% de alíquota. "Se vão receber aposentadoria maior que o teto do INSS, têm que pagar mais."

Em seu Estado, por exemplo, há 11 deputados contribuintes do Iplemg (Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais). No Iplemg, a aposentadoria integral é concedida a quem atingir 52 anos de idade e 35 de contribuição. A carência mínima para requerer aposentadoria proporcional neste regime é de oito anos de contribuição em mandatos eletivos.





O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), é um dos que estão no PSSC. Procurado, o parlamentar informou que aderiu ao plano de seguridade há cinco anos e disse que não pode comentar nada do texto da reforma por estar concluindo seu relatório final, que será apresentado na próxima semana. Os especialistas afirmam que o regime do legislativo é mais vantajoso do que o do INSS a partir do quinto ano de mandato.

"Toda a minha vida estou no regime geral", argumentou o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que preside a comissão especial da reforma da Previdência na Câmara. "Neste novo ambiente de austeridade fiscal, os parlamentares devem estar no regime geral, ressalvando que é preciso regra de transição para os que contribuiam para o outro regime."

O presidente da comissão especial diz que "nem sabe o nome desse outro regime aí [o PSSC]", e evitou comentar sobre emendas que podem igualar as regras de transição dos políticos aos demais. "Não cabe comentar muito sobre o conteúdo do que virá no relatório do deputado Samuel", reagiu, evitando também comentários sobre a emenda original. "Te confesso que nem sei a transição que está prevista lá [para detentores de mandatos eletivos]."

Entre as 227 emendas validadas pelo relator, apenas uma, da bancada do Novo, propõe preserva mudanças no artigo que parlamentares contribuintes de especiais. "Não tem cabimento o Brasil, com tantas desigualdades, e a gente querendo fazer reforma da Previdência só para os outros. Por que deputado tem aposentadoria especial? Qual a justificativa?", indaga o vicelíder do Novo, o deputado federal Vinicius Poit (SP). Ele é contribuinte do INSS, assim como vários outros deputados de primeiro mandato da nova geração.

A emenda do Novo propõe uma fórmula para cálculo do benefício a partir de média aritmética das contribuições. "Para receber 100% da média de suas contribuições, será necessário que o parlamentar tenha contribuído por 40 anos", diz a justificativa. A

PEC original do Executivo prevê pedágio: "deverão cumprir período adicional correspondente a 30% do tempo de contribuição que faltaria para aquisição do direito à aposentadoria" e com idade de 62 anos (mulher) e 65 anos (homens)". "O pedágio dos políticos é mais generoso do que para quem tiver na iniciativa privada que é de 50%", diz Boucinhas.

https://www.valor.com.br/politica/6296371/re forma-preserva-deputados-que-pagam-pararegime-previdenciario-especial





Startups estrangeiras reforçam interesse no país

"O momento de investir no Brasil é agora", disse Coenraad can der Poel, diretor-geral para Américas da UiPath, empresa que desenvolve robôs que automatizam processos de negócios (RPA, na sigla em inglês). Com valor de mercado estimado em US\$ 7 bilhões, a UiPath integra a lista dos 30 maiores "unicórnios" globais. "Unicórnios" são startups que valem a partir de US\$ 1 bilhão. A empresa foi criada por dois romenos e está reforçando os investimentos no país, mesmo diante de um cenário econômico aquém do esperado.

Outras startups estão dando mais atenção ao Brasil, como Netskope, Docker e Zoom - todas com sede nos Estados Unidos. Essas empresas participaram ontem, em São Paulo, de um evento organizado pela Base Partners, fundo de investimento criado por Fernando Spnola, que trabalhou nas gestoras Skopos e Núcleo Capital.

A UiPath abriu recentemente um escritório no país, onde conta com 30 funcionários. Nos próximos 12 meses, a expectativa é chegar a 100. "As empresas estão prontas para comprar e não apenas curiosas em relação à tecnologia. Os executivos entendem os ganhos de eficiência e de rentabilidade que a automação pode trazer, e isso vale se a economia vai bem ou mal", disse Poel.

A Netskope, de segurança, planeja investir US\$ 5 milhões no país até o fim do ano. Boa parte dos recursos está sendo dirigida à instalação de um centro de dados no Rio, para atender os clientes locais. "O investimento já foi pago com os contratos que fechamos no país", disse Sanjay Beri, fundador e presidente da companhia.

Segundo Beri, um desafio que o Brasil precisa enfrentar é o da formação de mão de obra para atuar no mercado de tecnologia, especialmente em segurança da informação. "O que as empresas poderiam fazer é colocar como uma das responsabilidades de seus executivos da área de segurança dar aulas em instituições de ensino. Assim, eles poderiam

garantir essa formação e eventualmente até contratar alguns dos talentos formados", afirmou.

Recém-listada na Nasdaq, sob uma oferta pública pela qual levantou US\$ 358 milhões, a empresa de videoconferência Zoom enxerga o Brasil como um dos mercados mais importantes dentro de seu plano de expansão internacional, afirmou Oded Gal, que comanda o gerenciamento de produtos da empresa. A Zoom não tem planos de estabelecer uma operação local em curto prazo, mas não descarta essa possibilidade. "O Brasil é uma grande oportunidade", disse.

A Docker, que faz ferramentas de código aberto que ajudam no desenvolvimento de software, também está dando os primeiros passos para ampliar sua atuação no Brasil. Segundo Steve Singh, que presidente tanto o conselho como as operações da companhia, cinco milhões de pessoas já usam o produto no país. O desafio, agora, é conseguir contratos de serviço pagos. "Toda empresa vai se transformar em uma empresa de software", disse.

A proposta da Base, que organizou o evento, é captar recursos de investidores brasileiros para investir em empresas de tecnologia ao redor do mundo.

Além de investir, a Base atua como parceira de negócios das companhias no Brasil, fazendo conexão com potenciais clientes. Além de UiPath, Netskope, Docker e Zoom, o portfólio inclui a americana Stripe, de pagamentos; a chinesa ByteDance, de inteligência artificial; a Mobile Premier League (MPL), de esportes eletrônicos; e a fintech Nubank.

https://www.valor.com.br/empresas/6296327/startups-estrangeiras-reforcam-interesse-no-pais





STF dispensa aval do Congresso para venda de subsidiárias de estatais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não é preciso o aval do Legislativo para privatizar subsidiárias de estatais e controladas. Já no caso das empresas-mãe e sociedades de economia mista, é necessária a autorização do Congresso e realização de licitação.

Os ministros também afirmaram que, no caso das subsidiárias e controladas, a venda à iniciativa privada pode ser feita sem a necessidade de licitação, desde aue procedimento observe princípios da os administração pública inscritos na Constituição respeite sempre а exigência competitividade.

A análise do caso durou três sessões plenárias do Supremo. Os ministros divergiram em alguns aspectos, mas, ao fim do julgamento, chegaram a um consenso sobre o resultado — é o chamado "voto médio".

Os ministros analisaram liminar concedida ano passado pelo ministro Ricardo Lewandowski, segundo a qual a privatização de estatais estava sujeita à autorização legislativa, tanto em relação às matrizes quanto às suas subsidiárias.

Na quarta-feira da semana que vem, o STF analisa a liminar concedida pelo ministro Edson Fachin para suspender os efeitos de decisões judiciais que autorizavam a continuidade do procedimento de venda de ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras.

https://www.valor.com.br/politica/6295523/st f-dispensa-aval-do-congresso-para-venda-desubsidiarias-de-estatais





Credenciadoras se armam para disputar varejo on-line

As margens mais apertadas no negócio tradicional de credenciamento de cartões têm levado as grandes empresas do setor a apostar em tecnologia e serviços voltados, principalmente, ao comércio eletrônico.

A Getnet, controlada pelo Santander, lançou no fim de maio uma plataforma tecnológica para empreendedores. Serão oferecidos dez serviços, que vão de emissão de boletos até consultoria para ajudar os comerciantes a aumentar as vendas.

A credenciadora já oferecia esses serviços individualmente ou em blocos. Agora, a oferta está completa, diz o presidente da Getnet, Pedro Coutinho. "Construímos um guardachuva com todos os produtos necessários ao e-commerce", afirma, em entrevista ao Valor. "Sem dúvida queremos reduzir a participação das maquininhas no nosso resultado."

Terceira maior empresa do setor, a Getnet está de olho em um mercado que cresceu 18,4% e movimentou R\$ 198 bilhões no ano passado — o dos cartões não presenciais, usados em comprar on-line. A expectativa da credenciadora é dobrar sua participação no segmento em três anos, para 20% do volume de transações.

O e-commerce ainda representa uma parcela relativamente pequena do mercado de cartões como um todo, que movimentou R\$ 1,55 trilhão em 2018, segundo dados da Abecs, a associação das empresas do setor. Porém, é a área que cresce com maior velocidade.

Por isso mesmo, a Getnet não está sozinha. No ano passado, a Rede, do Itaú Unibanco, firmou parceria com a plataforma de transações on-line americana PayPal, cofundada pelo bilionário Peter Thiel, para auxiliar os varejistas a aumentar a conversão das vendas pela internet. O banco também lançou o Iti, plataforma de pagamentos instantâneos.

A Cielo, controlada por Bradesco e Banco do Brasil, também tem mudado o foco sob a gestão de Paulo Caffarelli, iniciada em novembro. Na nova fase, a companhia está abrindo mão de margem para recuperar participação do mercado e se manter líder do setor. O movimento mais recente foi um corte no patamar de dividendos dos próximos trimestres com o intuito de preservar caixa e, se necessário, fazer aquisições para ampliar o portfólio de serviços. "Se tiver algum tipo de negociação no mercado que faça sentido, vamos olhar de forma firme", afirma o executivo.

Segundo Caffarelli, a Cielo está deixando de ser uma credenciadora — empresa que habilita os lojistas no ponto de venda para receber com cartões — para se tornar uma empresa de tecnologia em meios de pagamentos. "Por isso, estamos vendendo produtos acessórios à adquirência para nossos clientes, como soluções para combate à fraude."

Assim como aconteceu no mercado de pagamentos com maquininhas, a disputa pelo segmento virtual começa a se expandir para os pequenos empreendedores. Uma das modalidades que estão no radar das credenciadoras são os lojistas que vendem produtos em marketplaces.

O sistema da Getnet inclui a montagem de loias virtuais em 48 horas para micro e pequenas empresas, com prestação serviços por R\$ 39 ao mês. Há ainda serviços para gestão do negócio, como emissão de boletos, cofre digital (para evitar desvios de valores na internet), conciliação entre o caixa e as contas da empresa, checkout digital e a recorrência, para desconto de valores mensais dos clientes. No total, uma empresa precisa de seis a dez fornecedores para montar uma plataforma de venda on-line completa, segundo Coutinho.

A Getnet afirma já ter mais de 4 mil clientes usando seus serviços digitais. À frente da operação ficará Pedro Cardoso, que era vicepresidente da Adyen, empresa de plataformas de pagamentos que tem como clientes Uber, iFood e Rappi.





A Cielo também tem planos para avançar entre os pequenos empreendedores virtuais. A companhia atende metade do e-commerce hoje do país, mas ainda está muito concentrada nos grandes varejistas on-line. A ideia agora é mudar essa equação. "Os pequenos estão começando agora a vir para esse processo, e estamos abordando esses clientes com nossos produtos", diz Caffarelli.

Credenciadoras mais novatas, entre elas a PagSeguro, do grupo UOL, e a Stone, têm acentuado o movimento de agregar serviços aos varejistas. No entanto, elas começaram pelo mundo "off-line" e ainda estão bastante concentradas na meta de alcançar microempreendedores individuais, pequenos e médios varejistas que vendem produtos e serviços pelos rincões do país.

Frente às constantes reduções de taxas que as credenciadoras ligadas a bancos estão promovendo, a Stone, por exemplo, anunciou que "não vai reduzir preço nem mudar a estratégia". O presidente, Thiago Piau, disse a analistas que o caminho para crescer será criar um ecossistema que tenha serviços não apenas de pagamento, mas de crédito, banco e softwares de gestão do negócio.

Nessa estratégia, a Stone tem feito aquisições. A empresa comprou neste ano a Collact, uma empresa que desenvolveu um software com um programa de fidelidade para comerciantes. Outros investimentos foram feitos na VHSYS e na Tablet Cloud, que permitem controle de ponto de venda e estoques. Juntas, elas devem adicionar uma base de 18 milhões de clientes à Stone.

A PagSeguro, por sua vez, adquiriu em março uma fatia minoritária da NetPOS, empresa que desenvolveu um software de "back-office" para o varejo, com gestão de vendas, controle de estoques e que será integrado às "maquininhas" da credenciadora. No total, a NetPOS tem 30 mil clientes. A PagSeguro já tem um quarto de sua base de clientes, de 4,4 milhões ativos, usando um serviço adicional, sendo ele transferências e cartões, entre outros.

https://www.valor.com.br/financas/6296059/c redenciadoras-se-armam-para-disputarvarejo-line





Informalidade é a nova regra no 'dress code' de executivos

Roupas informais podem facilitar o engajamento no ambiente de trabalho e a quebra de barreiras entre funcionários e a alta liderança. É com esse pensamento que o topo da pirâmide nas grandes companhias está aderindo a trajes mais esportivos durante o expediente. As gravatas estão indo para a gaveta, as executivas abandonam o salto alto e as reuniões de diretoria presenciam a entrada de calças jeans, polos e camisetas.

A mudança acontece a partir da sala da presidência e inclui todos os departamentos em organizações de setores como tecnologia, seguros, telecomunicações e consultorias. Até os bancos, antes conhecidos pela obrigatoriedade do terno completo, embarcam na novidade.

Apesar do uso liberado de tênis e bermuda em algumas empresas, a regra é que o bom senso e a discrição prevaleçam na hora de cruzar as catracas. "Os colaboradores sempre se espelharão nos seus superiores", garante Bia Kawasaki, curadora de imagem e reputação corporativa.

Milton Beck, diretor-geral do LinkedIn para a América Latina, é um dos entusiastas dessa nova maneira de vestir. Ele pode ser visto nos corredores da companhia de jeans e camisa – aboliu as gravatas há sete anos. "Quando não preciso ir a reuniões com clientes ou é um dia mais informal, também uso camiseta", garante. Ele não dispensa o tênis. Possui dez pares, sendo oito de corrida, do mesmo modelo, com variações de cores. "Tinha o hábito de correr e ainda gosto de usá-los."

Quem conheceu Beck anos antes, quando ele trabalhava em uma multinacional de software, pode até estranhar o novo figurino. Estava sempre de terno e gravata nos encontros de negócios, lembra. Mas, ainda hoje, sabe até onde pode ousar. "É importante se atualizar quanto ao 'dress code' dos clientes. Além de respeitar os códigos alheios, você se destaca de forma negativa ao aparecer em uma reunião completamente diferente dos demais."

O executivo segue alinhado com a cultura corporativa do LinkedIn, em que todos se apresentam de acordo com preferências pessoais. O escritório no Brasil tem 240 colaboradores, com maior concentração na faixa etária de 25 a 35 anos. "Não acreditamos que a produtividade de um funcionário esteja relacionada à roupa que ele usa", diz. "Peças informais facilitam o diálogo e a quebra de barreiras, especialmente entre a liderança e as equipes."

Alexandre Ullmann, diretor de recursos humanos do LinkedIn para a América Latina, lembra que, nas temporadas de calor, a indumentária do quadro segue o padrão do verão, e os funcionários podem optar por bermudas, regatas e saias. Queremos que todos se sintam bem e não adotamos nenhuma convenção, explica. "Terno e gravata não dão mais ou menos credibilidade para quem usa. O que vale são as competências técnicas e interpessoais."

A consultora Bia Kawasaki, que já criou dress code de organizações como a BM&FBovespa (hoje B3) e a Fujitsu, afirma que grandes grupos estão flexibilizando as regras de vestimenta no alto escalão por conta da chegada de uma força de trabalho mais jovem e descontraída ao mercado. "Anos atrás, em setores tradicionais como bancos e escritórios de advocacia, chegar com um traje informal praticamente inimaginável", Entretanto, especialista recomenda а parcimônia nos "looks". "Uma roupa adequada um compromisso sempre causa boa impressão."

É o que pensa Joaquim Campos, o Joca, vicepresidente de systems hardware da IBM. Apesar de fã de peças confortáveis, ele não descuida da aparência. Na empresa desde 1998, lembra que até 2006 tinha 15 ternos e mais de 60 gravatas – tudo foi para o fundo do armário à medida que o manual de vestimenta interno foi sendo suavizado.

"Agora, são três ternos e três gravatas, que uso menos de dez vezes ao ano", diz ele, adepto da combinação jeans, camisa ou camiseta mais relógio esportivo. A





apresentação mais apurada só é resgatada quando visita clientes com protocolos definidos. "É preciso respeitar a casa dos outros."

Joca afirma que o modo de vestir já o ajudou a romper bloqueios com os funcionários que lidera. A apresentação e um jeito de ser mais informal aproximam a equipe, avalia. "Hoje mesmo vi um funcionário de bermudas no elevador."

A IBM Brasil adotou um novo manual de vestimenta em fevereiro de 2017, com mais opções de escolha jeans, sandálias e tênis foram rasteirinhas, bermudas permitidos e valem para a alta direção. A revisão anterior do código, em 1996, já indicava que terno e gravata não eram mais necessários. A diretora de recursos humanos Christiane Berlinck afirma que, logo nos dias seguintes à mudança, já era possível ver colaboradores de bermuda no prédio da companhia em São Paulo. "A época do ano, em pleno verão, ajudou na adesão", diz. Camisetas de times, ou com conotações políticas e religiosas, além de chinelos e bermudas de praia, continuam de fora.

Márcia Tiemi Takakura, diretora jurídica da seguradora MetLife Brasil, admite que já seguiu um estilo extremamente sério, com terninho sobre sapatos altos ou fechados. Agora, valoriza o que é prático. Compra calças de alfaiataria, além de peças de couro, blusas e pantalonas. Os saltos só entram em cena em raras ocasiões, e os ternos estão suspensos desde o ano passado, afirma. Ela segue os sinais que vêm do CEO Raphael de Carvalho, dono de variações de calças de sarja, camisas e polos.

"Iniciamos as mudanças do dress code há mais de quatro anos", diz Carvalho. A renovação começou com o business casual diário, abrindo portas para o jeans e, há dois anos, no verão, foi instituído o "Bermuday", às sextas-feiras. Uma vez por mês, o escritório também celebra o "T-shirt Day", quando os funcionários podem ir de camiseta temática, de time de futebol, super-herói ou banda de música.

"Estimulamos os colaboradores a se sentirem à vontade. Roupas sociais ficam para ocasiões que pedem isso." Carvalho diz que ele mesmo, depois de um longo voo internacional, foi direto para o escritório, tomou banho e colocou bermuda. "Deu um ânimo maior para continuar o dia."

Por conta do cronograma de atividades, Felipe Miglioli, sócio de estratégia da consultoria EY-Parthenon, tenta equilibrar o guarda-roupa diário entre o tradicional e o casual. "Procuro estar de acordo com o padrão de vestir de cada cliente", afirma ele, que prefere calça social e paletó, com ou sem gravata, mais camisas sob medida, jeans e blazer. "A forma como eu e os meus sócios nos apresentamos pode influenciar a maneira como o time também se veste." Com 5,5 mil colaboradores no Brasil, a EY adotou uma diretriz de vestimenta mais casual há dez anos e liberou os jeans há três para todos os executivos, diz Elisa G. Carra, diretora de talent para o Brasil e América do Sul.

Carlos Renato Gazaffi, presidente da empresa de tecnologia Tivit, acredita que a defesa de uma imagem informal precisa partir da cúpula da organização para surtir efeito no quadro. "Não faria sentido criar uma política de dress code mais leve e chegar todos os dias de terno e gravata", pondera ele, que gosta de jeans e camisa e elege uma polo somente às sextas. "Não uso calça social desde 2017, quando implementamos um novo código."

A consultora de imagem Valéria Oliveira avalia que modelos mais descontraídos acabam influenciando na produtividade das equipes, mesmo que as mudanças na apresentação dos principais gestores possam ser mais sutis. "Pesquisas indicam que é visível o aumento do rendimento e a satisfação com o trabalho nos ambientes em que os profissionais podem produzir com mais liberdade e autenticidade", diz. A especialista lembra que até os bancos, antes conhecidos pela obrigatoriedade do terno e gravata, estão curvando-se flexibilização.

Glaucimar Peticov, diretora executiva do Bradesco, com 99,1 mil funcionários, confirma que a instituição franqueou o uso da gravata





em 2017. A peça passou a ser opcional em todas as áreas, inclusive no conselho e diretoria. Não é raro ver o presidente do banco, Octavio de Lazari, sem o acessório. Já no Itaú, que revisou o guia de vestimenta em 2011 e 2018, lançou uma campanha interna batizada de "Vou como sou", que encoraja os cerca de 100 mil colaboradores a se vestirem do jeito que desejarem. Vale também para o alto escalão, diz a diretora de RH Valéria Marretto.

Jussara Dutra, diretora de pessoas e organização da Senior, empresa de software com mais de 1,7 mil colaboradores que extinguiu o dress code no início do ano, afirma que a ação ajuda os funcionários a serem mais acolhidos no escritório. "É fundamental no engajamento, e 90% do quadro já aderiu aos trajes casuais", garante.

Na operadora Vivo, que realiza revisões na cartilha de conduta desde 2017, a bermuda ganhou carta branca em janeiro. Fernando Luciano, diretor de talentos e inovação, é um dos que mais incentivam a troca de hábitos. Enfrenta a semana com jeans, camisa para fora e sapatênis, e esqueceu os sapatos de couro e as calças sociais. "Fiquei apenas com um terno e duas gravatas, para agendas formais."

A consultora Valéria Oliveira pede maior atenção dos executivos em datas de visibilidade nas corporações, como a apresentação de um projeto ou o fechamento de um contrato. "Para não errar, o ideal é respeitar a política de dress code ainda presente na organização", aconselha.

Na Nextel, o CEO Roberto Rittes parece não ter saudade de uma época, na década de 1990, em que cumpria expediente em um banco."Não era só terno e gravata, tinha de seguir padrões como risca de giz, camisa branca e abotoaduras", diz o executivo, no comando da telefônica de 2,8 mil funcionários que decretou o fim das regras de vestuário em 2017.

Rittes circula no escritório de tênis e já liderou reuniões de bermuda. "Nosso projeto é criar um ambiente inclusivo em que as pessoas se sintam seguras para expressar suas ideias e assumir um estilo de vida sem julgamentos."

https://www.valor.com.br/carreira/6290573/in formalidade-e-nova-regra-no-dress-code-deexecutivos





Indústria perde 1,3 milhão de vagas em quatro anos, aponta IBGE

As indústrias perderam 1,33 milhão de empregos de 2013 a 2017, o que representa 14,8% dos postos de trabalho do setor, conforme dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa mostra que o setor tinha 7,7 milhões de pessoas ocupadas no fim de 2017, ou 0,6% abaixo do ano anterior. A PIA considera apenas vagas formais. Ainda que a redução de pessoal tenha sido menos intensa em 2017, o setor registrou seu menor quantitativo de empregados desde 2007 (7,457 milhões).

Outras pesquisas do IBGE indicam que o quadro não melhorou no ano passado. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), que inclui também o setor informal, o pessoal ocupado na indústria geral seguiu em queda em 2018, de 1,1% em relação ao ano anterior.

O período de 2014 a 2017 foi marcado por quatro quedas consecutivas do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria. Durante esses quatro anos de crise no setor, o PIB industrial acumulou baixa de 11,8%. Em 2018, o PIB do setor voltou a crescer, com alta de 0,6%, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Segundo a pesquisa, a Indústria de transformação continua líder em emprego, respondendo por 97,5% do pessoal ocupado em 2017. Seus segmentos com maior representatividade no emprego foram a fabricação de produtos alimentícios (23,3%) e a confecção de artigos de vestuário e acessórios (8,2%). Nas indústrias extrativas, as maiores participações continuam com a extração de minerais metálicos (41,4%) e extração de minerais não-metálicos (41,1%).

https://www.valor.com.br/empresas/6295101/industria-perde-13-milhao-de-vagas-em-guatro-anos-aponta-ibge

ECONÔMICO

Data: 07/06/2019

Painel

Governadores racham e discordam da estratégia de pressionar o Congresso a mantê-los em reforma

Em terra de cego A tentativa de pressionar a Câmara a enquadrar estados e municípios na reforma da Previdência rachou o grupo que reúne os 27 governadores do país. Há divergências não só em relação à essência do projeto mas também ao estilo de atuação. Gestores do Nordeste têm dito que, no afã de liderar, João Doria (SP) e Ibaneis Rocha (DF) cometem erros principiante". Há queixas em relação a ataques ao Congresso e avisos de que o ambiente "é de maratona, não de corrida de 100 metros".

A olho nu

O impasse ficou explícito nesta quinta (6), quando ao menos três versões de cartas assinadas por governadores foram divulgadas. A primeira era uma minuta e acabou rechaçada pelos termos que usava; a segunda foi rejeitada por ao menos quatro gestores que constavam como signatários (os de PI, CE, SE e RN disseram não ter assinado); e a última só representava o Nordeste.

Você primeiro

Os governadores do Nordeste querem que o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), tire da proposta temas polêmicos, como mudanças nas aposentadorias rural e assistencial, o BPC, para depois entrarem em campo.

Puxe a fila O recado foi repassado por Flávio Dino (PC do B-MA) ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Segundo aliados, ele disse que o democrata pode, sim, contar com a responsabilidade dos governadores da oposição, mas só depois de modificar os pontos mais problemáticos. Minha Folha

Quem avisa...

Doria tem repetido que lutará "com todas as forças" para manter estados e municípios na reforma, mas sua gana melindrou alguns. Seu (Transportes secretário Alexandre Baldy Metropolitanos) foi abordado em Brasília na quarta (5) por deputados e senadores que se ofenderam com a retórica do tucano.

...amigo é

Segundo relatos, Baldy ouviu que o governador de SP se porta "como Bolsonaro" ao falar grosso com o Congresso como se quisesse emparedá-lo e que "quem quer ser presidente não pode seguir tal caminho".

Água fervente

A última briga entre Joice Hasselmann (PSL-SP) e Olímpio (PSL-SP) ampliou Major descontentamento com a deputada, que é líder do governo no Congresso.

Água fervente 2

Olímpio, que diz não confiar na palavra dela, afirma que muitos líderes de partidos pensam como ele. "Me senti traído. A palavra empenhada não vale", disse.

Dois para lá

Oposição e partidos de centro-direita devem exigir o cumprimento de uma série de condições para aprovarem o crédito extra de R\$ 248 bilhões.

Dois para cá

As lideranças pretendem pedir a liberação de recursos bloqueados para o Minha Casa, Minha Vida e para segurança hídrica do Nordeste. Só no programa habitacional, são R\$ 2 bilhões represados.

Limites Integrantes

da comissão que analisa o texto pregaram parcelar o valor, obrigando o governo a recorrer ao Congresso por dinheiro periodicamente. Isso levaria a queda de braço ao limite e poderia inviabilizar o pagamento do 13º a aposentados e



Data: 07/06/2019

pensionistas do INSS. O alerta é do relator Hildo Rocha (MDB-MA).

VAR

O debate da crise econômica em Brasília foi suplantado, na quarta (5), pelas discussões do caso Neymar. "Pela primeira vez as redes entenderam o que é presunção de inocência", disse um integrante da cúpula da Câmara.

VAR 2

Equipes que monitoram as redes para deputados apontaram que o tema alcançou 92 milhões de pessoas, que as menções ao nome do jogador subiram 782% e que há forte divisão entre os vereditos na internet: 58% o defenderam; 42% o criticaram.

Air force 1

O presidente Jair Bolsonaro ficou preso no elevador do hospital Home, em Brasília, ao visitar o jogador que se contundiu durante partida no Mané Garrincha. Quem viu a cena diz que a pane durou "tempo considerável".

Peso pesado

Procurado, o hospital confirmou o episódio e disse que o elevador travou porque a comitiva presidencial superou a capacidade máxima. "O equipamento demonstrou toda sua tecnologia e segurança ao entender que a situação de locomoção estaria comprometida pelo excesso de pessoas", justificou a entidade em nota.

TIROTEIO

O Atlas da Violência mostrou o que a maioria dos brasileiros já sabe: liberar armas significa promover mais mortes

De Ivan Marques, diretor executivo do Sou da Paz, sobre a escalada dos assassinatos de mulheres e de crimes no Norte e no Nordeste

https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/07/governadores-do-ne-dizem-que-doria-errou-o-tom-em-reforma-e-abrem-dissidencia/

SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Data: 07/06/2019

Coluna da Mônica Bergamo

Ministério da Economia pretende limitar supersalários do funcionalismo público

A equipe técnica do Ministério da Economia estuda uma proposta para limitar os supersalários do funcionalismo público.

MÉDIA

O objetivo é limitar a remuneração, no máximo, à média salarial de funcionários em função semelhante no setor privado.

ABUSO

Em 2017, um estudo feito pelo Banco Mundial apontou que os servidores públicos federais do Brasil ganham 67% a mais do que um empregado no setor privado em cargo semelhante, com a mesma formação e experiência profissional.

SUSTO

A Odebrecht recebeu com surpresa a notícia de que o ex-presidente da petroquímica Braskem e da produtora de etanol Atvos, José Carlos Grubisich, recorreu à Justiça para cobrar R\$ 28 milhões da empreiteira— referente às duas últimas parcelas de um acerto que ele fez ao se desligar do grupo.

COFRE

Grubisich, que trabalhou para a Odebrecht de 2001 a 2012, foi citado por pelo menos três delatores da empresa e está no acordo celebrado pelo doleiro Alberto Youssef como um dos que liberavam valores de propina para o PP.

GRUPO

Na época que a Odebrecht costurava o acordo com o Ministério Público Federal de Curitiba, o executivo também foi procurado para saber se queria integrar o grupo de mais de 70 delatores da empreiteira. Grubisich negou.

UNIÃO

O PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, vai lançar na terça (11) uma campanha em apoio à reforma da Previdência. "A gente precisava fazer alguma coisa pela aprovação dela", disse Luciano Bivar, presidente da legenda.

BORDÃO

A campanha faz referência ao ministro Paulo Guedes, da Economia, e foi batizada de Pergunta lá, em referência ao bordão usado por Bolsonaro. Durante a campanha, o presidente dizia que o atual ministro era seu "posto Ipiranga".

CÂMERA E AÇÃO

O deputado Felício Laterça (PSL-RJ) será o relator de um projeto que visa coibir a pirataria de filmes. De autoria do deputado Felipe Francischini (PSL-PR), o objetivo da lei é aumentar a punição para pessoas que compartilham vídeos gravados nos cinemas.

MICROFONE

Os cantores Chico César, Céu e Leticia Sabatella se apresentaram no show "Demarcação Urgente!", na Casa Natura Musical, na quarta (5). A cantora Marlui Miranda, a líder indígena Sonia Guajajara e Xuxa Levy, que assina a produção musical do espetáculo, passaram por lá.

CALENDÁRIO

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa de SP e o conselho estadual de cultura ligado ao governador João Doria (PSDB) estão elaborando um planejamento de atividades para o setor em 2020.

BOLSO

A ideia é criar estudos que mostrem o impacto da cultura na economia e programas de formação de público, entre outros. Para que isso seja viável, também será apresentada uma proposta de aumento do orçamento para a pasta no ano que vem.

ENCONTRO

SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALLO

Data: 07/06/2019

Esses temas serão debatidos e apresentados ao governador e ao secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, na próxima reunião do conselho, em agosto.

É DO BRASIL

Durante o Marché du Film de Cannes, braço empresarial da mostra de cinema da cidade, foram vendidos direitos de remake do filme "Até que A Sorte nos Separe" para Alemanha e México.

BRASIL 2

Já o longa "Que Horas Ela Volta" teve os direitos de remake vendidos para a Coreia do Sul.

ATRÁS DAS CORTINAS

A atriz Laura Cardoso vai falar sobre sua preparação e rituais que realiza antes de subir aos palcos em conversa aberta ao público no Itaú Cultural, no dia 26 de junho. O evento, intitulado "Camarim em Cena", será mediado pelo crítico de teatro José Cetra Filho.

TERRINHA

O pianista português Mário Laginha e o bandolinista carioca Hamilton de Holanda se apresentarão no dia 10 de junho, na Unibes Cultural. O evento integra a 5ª edição do Experimenta Portugal, que ocorre na cidade de SP.

JOGO DE CENA

A atriz Lara Córdulla está no espetáculo "Dolores", que estreou na terça (4), no Instituto Cultural Capobianco. O diretor da montagem, Marcelo Varzea, e as atrizes Helena Ranaldi e Ilana Kaplan compareceram.

CURTO-CIRCUITO

O livro "Movimento Logo Existo", que conta a trajetória de Hebert Mota, entrou em pré-venda. A obra tem prefácio de Seu Jorge e depoimentos de Mano Brown e Daniel Zukerman. O lançamento está previsto para o dia 12.

A marca Neriage, de Rafaela Caniello, fará sua primeira venda especial na sexta (7) e no sábado (8). A partir das 10h, na rua Girasol, 157.

A cantora Illy faz show de de seu primeiro disco "Voo Longe" na sexta (7). Às 21h, no MIS.

Ortinho lança o CD "Nas Esquinas do Coração" em vinil. Na sexta (7), na Patuá Discos.

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabe rgamo/2019/06/ministerio-da-economiapretende-limitar-supersalarios-do-funcionalismopublico.shtml

CIDADE DE SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Bolsonaro sanciona lei que permite internação forçada de usuários de drogas

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou nesta quarta-feira (5) lei que altera a Política Nacional de Drogas e prevê, entre outras coisas, a internação involuntária de usuários a pedido de familiares ou responsáveis legais, em medida que reforça a abstinência como ferramenta de tratamento da dependência química.

A lei sancionada tem como origem um projeto de 2013 de autoria do ex-deputado federal e hoje ministro da Cidadania, Osmar Terra. O documento traz a possibilidade de duas formas de internação: voluntária, em que o dependente consente e que exige uma declaração escrita do usuário confirmando a opção pelo tratamento; e involuntária, autorizada após formalização da decisão por um médico responsável.

Nesse último caso, se o usuário não tiver familiar ou responsável legal, ainda assim pode ter a internação autorizada por "servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas), com exceção de servidores da área de segurança pública".

A internação compulsória é condicionada a motivos que justifiquem a medida, de acordo com o texto, que não especifica critérios para isso. O usuário só poderá ficar internado pelo prazo máximo de 90 dias, e o término deve ser determinado pelo médico responsável.

Familiares ou responsáveis poderão pedir ao médico o fim da internação do tratamento a qualquer momento —na Lei da Reforma Psiquiátrica, de 2001, a família poderia determinar o fim da internação, sem pedir a um médico.

As internações e altas deverão ser informadas, em, no máximo, de 72 horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização. Outra forma de atendimento prevista na norma é a das comunidades terapêuticas, que já recebem usuários, mas não

se caracterizam como unidades de saúde, e sim estabelecimentos filantrópicos.

Atualmente, existem mais de 1.800 comunidades terapêuticas espalhadas pelo país. Relatório de 2017 da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas encontrou violações de direitos humanos em todas as 28 unidades visitadas, como punições físicas, retenção de documentos e trabalhos forçados, além da falta de equipes mínimas essenciais ao tratamento.

A lei trata ainda de drogas apreendidas, que deverão ser incineradas no máximo 30 dias após a apreensão. Já bens apreendidos poderão ser vendidos e o dinheiro arrecadado deverá ser depositado em conta judicial remunerada. Após sentença condenatória final, será revertido ao Funad (Fundo Nacional Antidrogas).

SEM DEDUÇÃO DE IR E VAGAS

O presidente também barrou o item que permitiria que contribuintes deduzissem do Imposto de Renda doações a fundos de políticas sobre drogas. Para Bolsonaro, essa seria uma "renúncia de receita inoportuna, pois contemporânea ao momento de restrição orçamentária".

O governo, que ouviu o ministério da Economia para tomar a decisão, diz que a medida diminuiria a receita sem "estimativa dos impactos orcamentários e financeiros".

Bolsonaro também vetou que 3% das vagas de trabalho em obras públicas com licitação fossem destinadas a usuários atendidos pelo programa antidrogas.

Para Bolsonaro, essa determinação geraria "cota para a contratação de pessoas atendidas [pelo programa], o que cria discriminação entre os trabalhadores, sem proporcionalidade e razoabilidade".

"A proposta legislativa impõe a contratação compulsória nas obras públicas que específica, desconsiderando a discricionariedade técnica, conforme as peculiaridades de cada obra", argumentou.

CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Data: 07/06/2019

A lei entra em vigor hoje, com a publicação no Diário Oficial da União.

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/0 6/bolsonaro-sanciona-lei-que-permiteinternacao-forcada-de-usuarios-de-drogas.shtml

CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Entre 2014 e 2017, indústria cortou 1,1 milhão de vagas e reduziu salários em 14,7%

Atingida em cheio pela recessão, a indústria brasileira cortou 1,1 milhão de vagas entre 2014 e 2017, uma queda de 12,5% no período, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E as vagas remanescentes tiveram os salários achatados em 14,7%.

Os dados são da Pesquisa Industrial Anual, divulgada nesta quinta (6) pelo IBGE. A pesquisa mostra ainda que a receita da indústria brasileira caiu 7,7% entre 2014, quando o país entrou oficialmente em recessão, e 2017.

Em 2017, segundo o IBGE, haviam 7,7 milhões de brasileiros trabalhando na indústria, 12,5% a menos do que em 2014 e 1,9% a menos do que em 2008. Deste total, 97,5% trabalham na indústria de transformação e o restante, na extrativa.

A queda do emprego industrial se concentrou na indústria de transformação que perdeu 2,4% das vagas em uma década. Já as indústrias extrativas registraram crescimento de 22,1%.

O segmento com maior representatividade no emprego da indústria extrativa em 2017 foi a fabricação de produtos alimentícios (23,3% do total), seguido por confecção de artigos do vestuário e acessórios (8,2%) e fabricação de produtos de metal (6%).

Na indústria extrativa, os setores com maior fatia do emprego foram extração de minerais metálicos (41,4% do total do setor) e extração de minerais não metálicos (41,1%).

Entre 2008 e 2017, os segmentos que mais perderam postos de trabalho foram extração de carvão mineral (-38,7%), fabricação de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (-32,9%) e fabricação de produtos de madeira (-22,4%).

Já os que mais abriram vagas foram extração de petróleo e gás (441,7%), extração de minerais

metálicos (44,5%) e fabricação de bebidas (28,1%).

Em média, cada empresa industrial brasileira empregou 24 pessoas. O setor com maior número de empregos por empresa foi o de fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis, com 569 pessoas, em média.

Em 2017, a receita líquida de vendas da indústria brasileira somou R\$ 3,9 trilhões, 7,7% menor do que em 2014, ano em que o país entrou em recessão. A perda foi mais intensa nas indústrias extrativas (16,9%) do que nas indústrias de transformação (-7,4%).

De acordo com o IBGE, a fabricação de produtos alimentícios continua sendo a atividade mais importante, ampliando sua participação na receita total da indústria brasileira para 22,9%, ante 16,1% dez anos antes.

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/entre-2014-e-2017-industria-cortou-11-milhao-de-vagas-e-reduziu-salarios-em-147.shtml

CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Por apoio de ruralistas, reforma da Previdência deve manter isenção a exportação e poupar trabalhador rural

Por apoio dos ruralistas, a nova versão da reforma da Previdência deve manter a isenção tributária sobre a produção agrícola exportada, além de poupar o trabalhador rural de regras mais duras para aposentadoria.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma enviada pelo governo prevê a cobrança de contribuição para a Previdência sobre as vendas para o exterior. Atualmente, a exportação da produção rural é isenta.

Se o benefício fosse extinto, entrariam R\$ 7 bilhões por ano no caixa do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), cujo rombo foi de R\$ 195 bilhões no ano passado. Ou seja, R\$ 70 bilhões em dez anos.

Grupo mais influente no Congresso, a bancada ruralista questiona esse aumento de custo para o produtor agropecuário e também rejeita o aumento da idade mínima para trabalhadoras do campo.

O relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), se reuniu nesta quinta-feira (6) com o líder da bancada ruralista, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), e com o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

Diante da resistência da bancada, que tem cerca de 270 membros, os pedidos dos parlamentares estão em análise pela equipe que trabalha na elaboração do relatório. A decisão vai depender do impacto na economia prevista com a reforma.

Como a ideia é tentar aprovar uma reforma robusta, a versão final do relatório depende também de outras mudanças na proposta do governo que estão em estudo, como na regra de transição para a idade mínima de aposentadoria.

O presidente Jair Bolsonaro propôs aumentar, de 55 anos para 60 anos, a idade mínima para que trabalhadoras do campo possam se aposentar. A reforma do governo prevê critérios mais rígidos do lado de pagamento de contribuição previdenciária para trabalhadores do campo.

Famílias cuja renda é da produção rural teriam que pagar, no mínimo, um valor anual de R\$ 600. A taxa, segundo o governo, é para evitar fraudes.

Mas parlamentares ruralistas argumentam que essas famílias não têm condição de arcar com essa despesa. Por isso, a tendência é que esse item seja excluído do relatório.

Como o fim da isenção fiscal das exportações e a cobrança anual de R\$ 600 por família rural aumentariam a receita da Previdência Social, o governo não incluiu o impacto dessas medidas na estimativa de economia de R\$ 1,2 trilhão com a reforma em dez anos.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, a derrubada desses dois itens na reforma não afetaria a previsão de corte de gastos, mas seria uma desidratação da proposta, o que não é desejado.

A bancada ruralista, assim como a maioria da Câmara, se posicionou contra o novo modelo sugerido para o BPC (benefício pago a idosos carentes). Isso também deve ser retirado no relatório.

Moreira deve apresentar o parecer na terça-feira (11), mesmo dia em que governadores se reúnem em Brasília em busca de apoio para que a reforma tenha efeitos também para servidores estaduais.

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/por-apoio-de-ruralistas-reforma-da-previdencia-deve-manter-isencao-a-exportacao-e-poupar-trabalhador-rural.shtml

CIDADE DE SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Só a reforma da Previdência não basta, diz Pastore

Tive a honra de assistir nesta quinta-feira (6) a um seminário em homenagem aos 80 anos do economista Affonso Celso Pastore. Na pauta, as principais preocupações de sua vida acadêmica e profissional: política fiscal, política monetária e crescimento.

No pequeno auditório em São Paulo, estavam presentes profissionais que marcaram a história recente do Brasil: Delfim Netto, Armínio Fraga, Persio Arida, Carlos Langoni, Edmar Bacha, José Roberto Mendonça de Barros, Gustavo Franco, Marcos Lisboa, entre tantos outros.

O economista Affonso Celso Pastore, expresidente do Banco Central - Zanone Fraissat - 16.jan.17/Folhapress

Todos ali para prestar um tributo ao professor, que foi presidente do Banco Central na década de 80. Ele ajudou a domar a dívida externa, que assolava o país na época, mas sua maior contribuição não é essa.

Sua maior contribuição é a influência que exerceu e exerce em toda uma geração de economistas, que não "consertou" o Brasil, mas, sem dúvida, o colocou num rumo melhor, apesar de todos os pesares.

No intervalo entre os debates, aproveitei para junto com um colega jornalista perguntar a Pastore sua avaliação sobre a economia brasileira hoje. E ele demonstrou - mais uma vez - que está sempre caminhando um passo a frente.

Afirmou que a reforma da Previdência é essencial para reduzir os riscos fiscais e permitir que os empresários voltem a investir, mas não é suficiente. Disse que, para inverter a tendência de queda da renda per capita, o Brasil precisa aumentar sua produtividade.

"O governo tem que começar a efetivamente governar", afirmou Pastore, referindo-se aos fracos resultados dos primeiros cinco meses do governo Jair Bolsonaro. E citou como exemplo que é fundamental que o governo implemente uma reforma tributária, que simplifique o sistema e desestimule a guerra fiscal, na qual até mesmo o governo de São Paulo ingressou.

Aos 80 anos, Pastore continua meticuloso na análise dos dados, preciso na análise da economia, disposto a contribuir com o debate e otimista com o Brasil - mesmo em uma tempo de economia frágil e governo despreparado para lidar com os desafios do país. É um privilégio aprender com ele.

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquellan dim/2019/06/so-a-reforma-da-previdencia-naobasta-diz-pastore.shtml



Data: 07/06/2019

Tarifas abalam economia e BCs já preparam corte de juro

Na manchete digital do Wall Street Journal, sobre o banco central americano, "Fed começa debate sobre cortar a taxa de juros já em junho".

A "escalada" de Trump contra China e México teria convencido o mercado financeiro que "é só questão de tempo para que afete os investimentos", com efeito sobre emprego e consumo. O corte pode vir em uma semana e meia.

Na mesma direção, a manchete do Financial Times, sobre o presidente do BC europeu, foi "Draghi prepara novos estímulos com aumento do temor econômico". Logo abaixo, ele "se junta ao Fed na consideração de cortes de juros".

SEM DÓLAR, SEM SANÇÃO

Ao fundo, o WSJ publicou a extensa reportagem "O dólar sustenta o poder americano. Rivais estão construindo soluções alternativas". Além dos negócios em moeda própria entre China e Rússia, agora "as sanções ao Irã estimulam Europa e Índia a criar sistemas para negociar com Teerã sem usar a moeda americana".

XI & PUTIN, NA RÚSSIA

Em meio a relatos sobre o "soft power" chinês e russo, com o presente de dois pandas ao zoológico de Moscou e passeios pelo museu Hermitage, de São Petersburgo, a cobertura russa da cúpula de três dias de Xi Jinping e Vladimir Putin enfatiza o peso dos acordos comerciais que fecharam.

Kommersant e outros dão atenção sobretudo ao contrato firmado entre o grupo Alibaba e empresas russas como MegaFon para lançar o AliExpress Russia.

NA CHINA

O South China Morning Post noticiou os acordos de US\$ 20 bilhões em áreas como energia e tecnologia. Destacou em especial o contrato da Huawei com a russa MTS para desenvolver a estrutura de 5G na Rússia.

O Global Times/Huanqiu, ligado ao PC, afirmou em editorial que as razões internas dos dois países, econômicas, já superam as motivações externas, geopolíticas, da aproximação.

E NOS EUA

O Washington Post publicou a análise "Putin e Xi cimentam aliança para o século 21", enquanto New York Times e WSJ ouvem Alexander Gabuev, do Centro Carnegie de Moscou, que vê apoio mútuo diante das pressões americanas. Sobre os russos, diz ele, o encontro "permite que eles mostrem o dedo do meio aos EUA: 'Nós temos a China'".

'BRAZILIAN PARADISE'

Na contramão do noticiário negativo sobre o país, a imprensa nova-iorquina já anuncia a abertura de A Arte Viva de Burle Marx, no sábado (8), que "transforma o Jardim Botânico de Nova York num paraíso brasileiro". A própria instituição, com a imagem acima, diz ser sua "maior exibição na história".

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsonde sa/2019/06/tarifas-abalam-economia-e-bcs-japreparam-corte-de-juro.shtml

CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Uma ousadia chamada Redenção

O consumo de qualquer tipo de droga e seus efeitos maléficos para o organismo humano e a sociedade têm sido um desafio insuperável para qualquer país nas últimas décadas.

Assim como nas grandes cidades do mundo, São Paulo também convive com essa chaga. Em nenhum lugar do planeta esse problema foi totalmente resolvido, mas isso não pode servir como desculpa para não enfrentá-lo. O lançamento, no último dia 20 de maio, da fase 2 do programa Redenção traduz todo o inconformismo da Prefeitura de São Paulo com a atual situação da região conhecida como cracolândia.

Numa meta ousada para qualquer governo, queremos retirar, até o final de 2020, pelo menos 80% dos usuários de drogas que hoje circulam naquela área da cidade.

Para chegar lá, o prefeito Bruno Covas (PSDB) escolheu o caminho mais longo, penoso e polêmico; mas, por isso mesmo, o mais confiável.

Como todo e qualquer tratamento de um dependente, esse enfrentamento requer convicção, paciência e tenacidade. Assim, o prefeito aceitou o desafio de criar um marco legal, mas fez questão de submeter o texto à discussão pública na Câmara dos Vereadores para que fosse referendado por toda a sociedade.

Como resultado do decreto, São Paulo tem hoje a primeira política sobre álcool e drogas de sua história.

A partir desse marco legal, vamos aprofundar e ampliar o que já é realizado pela nossa rede municipal de saúde na abordagem, acolhimento, internação e tratamento dos usuários de drogas. Além dos 93 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), teremos agora um Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (Siat) em três etapas.

O Siat 1 cuidará do primeiro contato: a abordagem no local para oferecer assistência e tratamento ao usuário. Se houver concordância do dependente abordado, ele será encaminhado ao Siat 2 para uma acolhida temporária, onde poderá tomar banho, se alimentar, descansar e receber os primeiros tratamentos clínicos.

Após esse período, se o usuário se mostrar em condições e estiver disposto, será encaminhado para o Siat 3. Ali, ele poderá ser internado, receber um tratamento mais avançado e, no final, se preparar para voltar ao mercado de trabalho.

Para isso, haverá todo um esforço coordenado entre várias secretarias do governo municipal para o reestabelecimento dos vínculos sociais, da capacitação profissional e da inserção produtiva. Enfim, a tão desejada porta de saída para o dependente retomar a sua vida.

Todo esse processo será feito com respeito absoluto pelo indivíduo e suas particularidades. Isso quer dizer que o tratamento vai da redução de danos à abstinência, com idas e voltas, como toda e qualquer recuperação de um dependente de drogas.

Não existe uma receita pronta e muito menos mágica para tratar essa questão. Em mais de 40 anos como médico nesta área, não conheço nenhum método eficaz e infalível para a abstinência total e permanente do usuário de drogas.

É claro que a cura pela abstinência pura e simples seria o sonho de qualquer especialista. No entanto, sabemos que na maioria dos casos —principalmente quando falamos do uso do crack— a interrupção imediata e total do consumo é uma impossibilidade.

Essa é uma luta permanente, que envolve o poder público, mas também depende da vontade do dependente, do apoio de familiares e amigos, além de diversos fatores econômicos e sociais. O usuário precisa de compreensão, carinho, assistência médica e psicológica, mas também necessita de meios materiais para recuperar sua dignidade e retomar uma vida produtiva.

Para isso, o programa Redenção vai oferecer aos pacientes do Siat 3, em fase final de recuperação e sem utilizar drogas, uma bolsa de quase R\$ 700 para uma jornada semanal de 20 horas em diversas atividades, como limpeza, jardinagem, hidráulica, construção civil e culinária.

CIDADE DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
E TRABALHO

Data: 07/06/2019

Acolhido, tratado e capacitado para o mundo do trabalho e a vida social, esperamos que esse exusuário possa recuperar sua condição plena de cidadão. Nessa área não existe nenhuma garantia, mas só essa expectativa já nos dá a certeza de que estamos no bom caminho.

https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/06/uma-ousadia-chamada-redencao.shtml



Data: 07/06/2019

Maior festival de comida de rua do mundo chega a São Paulo

Conhecido no exterior por atrair milhares de turistas ao Brooklyn, em Nova York, onde ocorre semanalmente, o festival de comida de rua Smorgasburg acontece pela primeira vez em São Paulo, neste sábado (8) e domingo (9), no Obelisco do parque Ibirapuera, com entrada gratuita.

Durante o fim de semana, das 11h30 às 20h, mais de cem expositores, entre chefs de restaurantes renomados e grandes conhecedores da culinária internacional, vendem seu peixe e promovem degustações em food trucks, barracas e bike foods.

Uma das preocupações da curadoria, assinada pelo chef Adolpho Schaefer, do Holy Pasta, foi selecionar os participantes priorizando a diversidade.

Isso fica claro quando convivem num mesmo ambiente a moderna Lanchonete da Cidade, servindo seu hambúrguer vegano com gosto de carne; a Macondo Raizes Colombianas, com comidas típicas; a Laje Pirajá, com o espetinho de rã, e a Vinil Burger; com um sanduíche que leva miojo no lugar do pão.

Foi no bairro de Williamsburg, que nasceu a feira batizada por um híbrido de smorgasbord, que significa "grande variedade de pratos", em inglês, e do nome do lugar em que nasceu.

O evento já havia promovido algumas prévias na capital paulista, em dezembro de 2018, em Pinheiros, e durante a Virada Cultural, no mês passado.

https://guia.folha.uol.com.br/guloseimas/2019/06/maior-festival-de-comida-de-rua-do-mundo-cheqa-a-sao-paulo.shtml



Data: 07/06/2019

ESTADÃO

Coluna do Estadão

Santos Cruz vê 'nova dinâmica' na política

A aprovação da reforma da Previdência irá consagrar um novo modelo de articulação e estimulará o investimento porque apresentará ao empresariado um patamar inédito na política brasileira, avalia o ministro Santos Cruz. "Vai significar uma nova dinâmica", disse à Coluna. Segundo ele, o País atravessa período de reacomodação de forças e adaptação às novas práticas. "São cinco meses de um governo com uma proposta completamente diferente, saindo de um período de escândalos financeiros nos quais algumas empresas se envolveram."

Au revoir. Santos Cruz voltou esta semana do 6.º Fórum Econômico Brasil-França. O ministro achou o evento "muito bom". "Voltei com a sensação de que existe uma expectativa muito positiva de engajamento empresarial", disse.

Sinais... Um dos empresários brasileiros presentes no evento relatou à Coluna duas preocupações muito fortes dos investidores estrangeiros: garantia de segurança jurídica e o fim da corrupção nos contratos.

...de confiança. Ainda assim, ele diz ter ficado com a sensação de que há intenção dos estrangeiros de retomar os investimentos no Brasil, principalmente no setor de óleo e gás.

Tá osso. Rodrigo Maia segue articulando para tentar manter os Estados no relatório da reforma da Previdência. Ainda há muita resistência, no entanto, entre os deputados, principalmente do Nordeste.

Deixa disso. O relator Samuel Moreira (PSDB-SP) teve de entrar em ação para desfazer o malestar provocado entre deputados da Comissão Especial da reforma após as duras declarações de João Doria.

Deixa disso 2. O governador tucano de São Paulo disse que seria uma atitude mesquinha deixar os Estados fora da reforma. Segundo Moreira disse aos colegas, Doria jamais pretendeu ofender o Parlamento.

Volta. Apesar de a "turma do deixa disso" ter feito a parte dela, ficou a sensação no Congresso de que o diálogo entre deputados, senadores e governadores retrocedeu algumas casas e, no limite, pode atrasar o cronograma da comissão.

SINAIS PARTICULARES Rodrigo Maia, presidente da Câmara

Azedou. A divulgação da carta dos governadores sobre a reforma da Previdência causou grande mal-estar no grupo deles de WhatsApp. O clima, que já não era dos melhores, ficou ainda mais pesado e muitos passaram a especular quem teria sido o "vazador".

Análise. Técnicos do governo federal entregarão na terça-feira a Jerônimo Goergen (PP-RS), relator da MP da Liberdade Econômica na Câmara, parecer sobre as mais de 300 emendas apresentadas ao texto. O levantamento apontará onde há espaço para ceder.

CLICK. Em sessão no Senado pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) foi o único a se voltar para a Bandeira na execução do Hino.

Meia-volta... Enquanto Paulo Guedes fala em ampliar o serviço militar obrigatório, a AGU e o presidente Jair Bolsonaro assinaram portaria para permitir a dispensa de militares que tenham cometido crimes.

...**volver**. Regra criada em 1987 proibia a demissão nesses casos, e fazia com que os soldos continuassem sendo pagos mesmo a soldados já sem nenhuma função.

Saúde. Roraima é a unidade da Federação com maior crescimento de casos de dengue: 4.060%. O número de casos pulou de 5 em 2018 para 208 em 2019.

PRONTO, FALEI!

Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: "Os dados





Data: 07/06/2019

reforçam a relação entre a presença de armas de fogo e homicídios. O decreto de Bolsonaro está equivocado", sobre o Atlas da Violência de 2019.

https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-doestadao/santos-cruz-ve-nova-dinamica-napolitica/



Data: 07/06/2019

Direto da Fonte com Sonia Racy

Pedro Guimarães busca solução conjunta com credores da Odebrecht

Way in

Pedro Guimarães, da Caixa, tem encontrado boa receptividade junto aos bancos credores da Odebrecht para se tentar, em conjunto, encontrar uma solução que assegure novas garantias para calçar a dívida de empresas do Grupo Odebrecht com cada um deles.

Pelo que se apurou, já houve algumas conversas preliminares com o Itaú.

Way in

Vale registrar que, até bem pouco tempo atrás, o presidente da Caixa fazia parte do mundo financeiro privado – o que facilita o diálogo.

O que querem Caixa e Votorantim? Estão atrás de garantias equivalentes às ações da Braskem – que foram dadas a todos outros bancos credores da Odebrecht.

Home, sweet

Paulo Guedes esteve anteontem cedo com Pedro Guimarães, Joaquim Levy e Rubens Novaes.

E hoje ele é o centro de almoço no Country Clube do Rio, a convite do Cebri.

Adiado

Estava programado para quarta-feira o lançamento da campanha publicitária do pacote anticrime de Sergio Moro. Como o material – parceria entre Secom e agência Artplan – traz casos reais de vítimas de violência... o cronograma atrasou.

Está sem nova data marcada – Bolsonaro orientou os envolvidos a concentrar esforços na defesa publicitária da reforma da Previdência.

Adiado 2

O pacote anticrime tem verba de divulgação menor que a da Nova Previdência. E sua campanha será direcionada só a formadores de opinião.

A da Previdência, orçada em R\$ 38 milhões, foi formatada para todas as classes sociais.

Coração verde

No Brasil, cinco, em cada dez pessoas, consideram o desmatamento a questão ambiental mais importante, seguida da poluição da água (44%). A ordem, em todo o planeta, é bem outra: no topo das prioridades vem o aquecimento global (37%), seguido de poluição do ar (35%) – e o desmatamento não passa do quinto lugar, com apenas 24%.

Os dados foram divulgados anteontem na pesquisa global Earth Day 2019 do Instituto Ipsos – que marcou o Dia do Meio Ambiente.

Na Academia

Rubens Barbosa é o mais novo integrante da Academia Paulista de Letras. Foi eleito ontem para a cadeira 10, que pertencia a Paulo Nogueira Neto.

Popular-sinfônico

Novidades pela frente no Festival de Inverno de Campos do Jordão. A partir desta edição, o governo quer abrir o leque de públicos e de gêneros musicais, acrescentando às sessões de música erudita uma programação popular.

Assim, além de pianistas como Nelson Freire e Jean Louis Steuerman, e do barítono Paulo Szot, também subirão aos palcos nomes como Carlinhos Brown, Fafá de Belém, Diogo Nogueira e Lenine.

Girl power

Depois dos grupos Jurídico de Saias e Women in Tax, vem aí o Instituto de Juristas Brasileiras.

Organizada pelas professoras e tributaristas Mary Elbe Queiroz e Misabel Derzi, a entidade abre as portas, hoje, por meio de evento na UFMG.





Data: 07/06/2019

https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-dafonte/pedro-guimaraes-tem-encontradoreceptividade-junto-aos-credores-da-odebrecht/



Data: 07/06/2019

Brasil discute criação de moeda comum com Argentina

Respaldo. Em visita à Argentina, brasileiro quebra mais uma vez o protocolo diplomático ao interferir no processo eleitoral e apoiar a reeleição do presidente argentino; líder destaca que Brasil e Argentina têm de ser parceiros na busca 'pela liberdade'

Representantes de Brasil e Argentina discutiram a criação de uma moeda comum, o "peso real", em reunião com a presença de empresários. A gestão de Mauricio Macri quer esperar as eleições de outubro antes de avançar nas negociações. Em apoio à reeleição de Macri, Bolsonaro, em Buenos Aires, pediu aos argentinos que votem com razão, não com emoção.

Empresários argentinos e representantes dos governos de Mauricio Macri e Jair Bolsonaro discutiram ontem a criação de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, que se chamaria "peso real". Uma fonte argentina confirmou ontem ao 'Estado' que a moeda comum seria resultado natural da intensificação do processo de integração de dois países que adotam políticas econômicas semelhantes.

Desde o início do Mercosul, no início dos anos 90, existe a intenção de se criar uma moeda única. No entanto, choques econômicos, como a desvalorização do real, de 1999, impediram a concretização do plano. A discrepância entre as inflações de Brasil e Argentina, porém, seria um grande desafio. Enquanto a inflação acumulada nos últimos 12 meses no Brasil é de 5%, na Argentina chega a 55%.

A questão da moeda comum foi apresentada ontem pelo ministro da Economia Paulo Guedes durante um encontro empresarial no Hotel Alvear, no qual estiveram presentes Bolsonaro e os ministros argentinos Jorge Faurie, de Relações Exteriores, e Dante Sica, de Produção e Trabalho.

A criação de uma moeda única para o Mercosul ganhou impulso no fim de abril, quando a Argentina atravessava mais uma fase aguda de sua crise financeira. A ideia havia sido apresentada ao governo de Mauricio Macri meses antes em Washington. Na ocasião, a equipe

argentina pediu para que os brasileiros esperassem até que as eleições presidenciais do país passassem, em outubro.

Com a situação econômica agravada, porém, o ministro da Fazenda da Argentina, Nicolás Dujovne, foi até o Rio de Janeiro em abril e se encontrou com Guedes. Dujovne pediu para anunciar o projeto, o que foi negado por Brasil, apurou o Estado. A divulgação da informação de que Bolsonaro estava disposto a fazer parte de uma união monetária seria uma ferramenta para impulsionar a popularidade de Macri, que tenta a reeleição neste ano e teve sua imagem golpeada pela crise.

Em resposta ao comunicado do Banco Central do Brasil de que não há estudos para uma união monetária com a Argentina, Guedes afirmou: "Claro que o Banco Central não tem projeto sobre o assunto, a ideia é minha". A jornalistas, Guedes afirmou que a criação da moeda é uma conjectura.

Diplomacia. Ontem, em sua primeira visita oficial à Argentina, Bolsonaro quebrou mais uma vez ontem protocolos diplomáticos e anunciou apoio à reeleição de Macri. Apesar de não citar o nome do argentino nem a chapa adversária, composta por Alberto Fernández e Cristina Kirchner, Bolsonaro afirmou que "pedia a Deus" que iluminasse os argentinos para que "votassem com a razão e não com a emoção".

Mais de 60 movimentos sociais organizaram ontem um protesto contra Bolsonaro diante da Casa Rosada, sede da presidência argentina. O presidente, porém, já havia deixado o local do encontro.

As eleições presidenciais da Argentina serão em 27 de outubro e, de acordo com as últimas pesquisas, a chapa kirchnerista está à frente em um possível segundo turno, mas quase empatada no primeiro.

"Eu conclamo o povo argentino, que Deus abençoe a todos eles, porque terão pela frente agora eleições. E todos têm de ter, assim como grande parte da população no Brasil teve, muita responsabilidade, razão e menos emoção para decidir o futuro desse país maravilhoso que é a



Data: 07/06/2019

Argentina", disse o brasileiro ontem, em discurso na Casa Rosada, ao lado de Macri.

Bolsonaro destacou que os países têm de ser parceiros não apenas econômicos, mas na busca "por um objetivo maior: a liberdade". "Toda a América do Sul está preocupada, pois não quer novas Venezuelas na região", afirmou, em referência à deterioração econômica que ocorreria, segundo ele, caso o kirchnerismo voltasse ao poder na Argentina.

No entanto, o ministro brasileiro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, disse que o governo brasileiro não quer interferir de "nenhuma maneira" no processo eleitoral argentino. "Apoiar Macri é o reconhecimento do muito que pode ser feito hoje entre os dois governos", disse. "Não é pensando na hipótese de vitória de Cristina que vamos desaproveitar este momento."

Para o cientista político Marcelo Leiras, da Universidad de San Andrés, apesar de Bolsonaro não ter citado nomes, houve uma interferência do brasileiro na política interna argentina, o que é "muito mal visto em relações exteriores".

O brasileiro já havia demonstrado seu apoio a Macri em ocasiões anteriores. Em Dallas, quando recebeu o prêmio de personalidade do ano da Câmara de Comércio Brasil-EUA, em maio, Bolsonaro disse que Cristina Kirchner, "amiga do PT", pretendia roubar a liberdade "de nós".

Além de ser alvo de comparações, a Venezuela também foi assunto das reuniões bilaterais de ontem. A jornalistas, Bolsonaro afirmou que espera que haja um racha no Exército venezuelano, que hoje apoia Nicolás Maduro, para que o governo se desestabilize. "É difícil acabar com uma ditadura. Esperamos que haja um racha. Caso contrário, fica difícil normalizar a situação."

Na área econômica, os dois presidentes destacaram que o acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia nunca esteve tão próximo de ser fechado. As negociações já se estendem há mais de 20 anos e, em até quatro semanas, o documento poderia ser assinado, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Livre-comércio. Questões sobre a taxação de vinhos e laticínios estão entre as poucas que ainda estão abertas. Há a expectativa de que as negociações sejam encerradas em uma rodada em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de junho. "Só não sei se seria anunciado ali ou no encontro do G20 (no Japão, em 28 e 29 de junho)", disse o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

De acordo com o presidente, nas reuniões, foi discutida ainda a possibilidade de se construir duas hidrelétricas entre a Argentina e o Rio Grande do Sul.

Sobre a reforma da Previdência, Bolsonaro admitiu que a tramitação está desgastada e a posição dos parlamentares em relação à inclusão dos Estados e municípios no texto não é "justa".

"Tem desgaste sobre a previdência. Mas todo mundo tem de estar no mesmo barco. Acho que eles (os parlamentares) vão ceder e vai ser como gostaríamos que fosse. Uma reforma que pegue todo mundo e com o voto de todos os partidos", afirmou.

https://digital.estadao.com.br/@imprensa 11/cs b HIVH9dzR1OScKhHUywJinWx9oZNS5HYj i7US LAfmfd3viBB1WBbpvIA8YNDoaSc



Data: 07/06/2019

STF libera venda de subsidiária de estatal sem aval do Congresso

Supremo decide que apenas privatização da 'empresa-mãe' precisa passar pelo Legislativo; Petrobrás pode vender ativos

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a venda ou a mudança de controle acionário de subsidiárias de estatais não precisa ser aprovada pelo Congresso nem necessita de licitação. A Corte, porém, proibiu o governo de vender a "empresa-mãe" - a empresa pública ou a sociedade de economia mista - sem autorização do Legislativo. A Petrobrás tem 36 subsidiárias. Com a decisão do Supremo, a petroleira espera poder colocar em prática seu plano de venda de ativos, com o qual calcula que arrecadará US\$ 26,9 bilhões. Já uma eventual decisão de privatização da estatal precisaria passar pelo Congresso. Após o julgamento, o ministro Edson Fachin revogou a liminar que travou a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobrás, por US\$ 8,6 bilhões. Segundo o governo, há 134 empresas estatais no País, sendo 88 subsidiárias.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que o processo de venda ou de perda de controle acionário de subsidiárias de estatais não precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Por outro lado, a Suprema Corte proibiu o governo de vender a chamada 'empresa-mãe' sem autorização legislativa.

Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia. A Petrobrás, por exemplo, tem 36 subsidiárias, como a Transpetro e a BR Distribuidora. Segundo o Ministério da Economia, há 134 empresas estatais, sendo 88 subsidiárias.

Na prática, o STF sinaliza positivamente ao plano de venda de ativos da Petrobrás, que espera colocar em seu caixa US\$ 26,9 bilhões por meio da venda de ativos. Já uma eventual decisão de venda da empresa petrolífera, por exemplo, precisaria passar pelo Congresso. Após o julgamento, o ministro Edson Fachin revogou a liminar que travou a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás para o

grupo francês Engie, um negócio de US\$ 8,6 bilhões (leia mais abaixo).

Outro ponto decidido pela Suprema Corte ontem é que o processo de venda das subsidiárias não necessita de licitação, mas deve seguir um procedimento que observe os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal, "respeitada sempre a exigência de competitividade".

O resultado final do julgamento não especificou qual seria esse procedimento. Porém, durante o debate, alguns ministros citaram como exemplo o método previsto pelo decreto que estabelece regras de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, editado em 2017. Mesmo assim, ao final, não houve pronunciamento oficial da Corte sobre este decreto e suas regras.

Insegurança. Com o julgamento, o STF deu uma resposta à insegurança jurídica que contaminava o plano de desinvestimento da Petrobrás desde o ano passado. A situação teve origem em uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em junho do ano passado, que determinou que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exigia a prévia autorização legislativa, sempre que houvesse perda do controle acionário.

Depois de quase um ano, a liminar começou a ser julgada pelo plenário na semana passada, três dias após a notícia de que Fachin havia suspendido a venda da TAG, amparado no entendimento do colega. No julgamento, finalizado ontem, os ministros fizeram ajustes na Lewandowski, mantendo necessidade de autorização legislativa para a venda de empresas públicas e sociedades de economia mista, e mantendo o processo de licitação para esses casos.

A alteração ocorreu em relação às subsidiárias. Depois de duas sessões em que os 11 ministros da Corte se manifestaram,

Balanço das estatais 134 é o número de empresas estatais que existem no País, sendo que 88 delas são subsidiárias, segundo o governo





Data: 07/06/2019

prevaleceu o entendimento de que a venda ou a perda de controle acionário dessas empresas não necessita de autorização legislativa específica.

O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, disse que a decisão do STF foi "uma grande vitória para o Brasil".

Por meio de sua assessoria de imprensa, ele afirmou que "foi um dia muito feliz".

O STF deve julgar no próximo dia 12 o processo que discutirá a validade de um decreto da Petrobrás que facilita a venda de ativos pela estatal, editado em 2018. A data foi anunciada pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, ao fim da sessão.

https://digital.estadao.com.br/@imprensa 11/cs b HIVH9dzR1OScKhHUywJinaS9nweItPNInjI304I GGpdko cAaA v6UD6Y-h33GdZ



Data: 07/06/2019

Governadores fazem apelo para ficar na Previdência

Em duas cartas, uma só com nordestinos, 25 governadores pedem para que Estados e municípios não sejam excluídos da reforma em tramitação

Em duas cartas, 25 governadores apelaram ao Congresso para que os Estados sejam mantidos na reforma da Previdência. Um dos documentos foi assinado apenas por governadores nordestinos. Eles argumentam que, se ficarem de fora das novas regras, o déficit nos regimes de aposentadoria, hoje em R\$ 100 bilhões, pode quadruplicar até 2060 – como mostrou o

Duas cartas assinadas por governadores de todo o País foram divulgadas ontem com um apelo ao Congresso para que Estados e municípios sejam mantidos na reforma da Previdência. Mesmo os governadores do Nordeste, quase todos de oposição ao governo Bolsonaro, referendaram documento em que apoiam que as mudanças atinjam os governos regionais, embora defendam mudanças em itens.

A primeira missiva, divulgada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), coordenador nacional do Fórum de Governadores, apresentou a assinatura de 25 governadores, mas mandatários do Nordeste negaram, por meio de suas assessorias, terem ratificado o documento. Horas depois, eles divulgaram outra carta assinada apenas por eles.

Na primeira versão da carta, mais ampla, foi divulgada inicialmente com o termo "veemente repúdio" à possibilidade de Estados e municípios serem excluídos da proposta, o que havia desagradado alguns governadores, como Ronaldo Caiado (DEM), de Goiás. Depois, o termo foi suprimido.

Já os governadores do Nordeste são mais duros em suas críticas. Eles mantêm a defesa da inclusão dos Estados na reforma, mas são contrários a pontos da proposta, como a desconstitucionalização das regras de aposentadoria e o sistema de capitalização (modelo pelo qual as contribuições individuais

vão para uma conta, que banca os benefícios no futuro).

Eles também afirmam haver divergências em relação às alterações previstas para o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e para os aposentados rurais.

A assessoria de Ibaneis afirmou que a primeira versão do documento foi colocada no grupo de WhatsApp do qual pertencem todos os governadores e apenas os representantes da Bahia, Rui Costa (PT), e do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), se posicionaram contra o texto na meia hora em que eles tinham para se manifestar.

A carta, como havia sido acertado, seria protocolada na Câmara Federal, Senado e Presidência da República ainda esta semana. "Mas diante da complexidade do tema, a maioria dos governadores decidiu postergar a redação final do texto para a próxima terça-feira, quando se reúnem em Brasília", afirmou a assessoria.

No documento, os governadores argumentam que obrigar as gestões estaduais e municipais a mudanças aprovar em seus previdenciários por meio de legislação própria, enquanto tais alterações já estão previstas na proposta em análise no Congresso, representa "não apenas atraso e obstáculo à efetivação de normas cada vez mais necessárias, mas também preocupações acerca da falta suscita uniformidade no tocante aos critérios Previdência a serem observados no território nacional".

A carta diz ainda que a uniformização do tratamento previdenciário sobre as regras gerais dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, Estados e municípios existe há mais de 20 anos.

"Contamos com o indispensável apoio de nossos deputados e senadores para a manutenção dos Estados e do Distrito Federal na Nova Previdência, a fim de garantir o equilíbrio fiscal e o aumento dos investimentos vitais que promovam a melhoria da vida de nossos concidadãos, evitando o agravamento da crise





Data: 07/06/2019

financeira que hoje já se mostra insustentável", diz o texto.

Os governadores argumentam que, caso não sejam adotadas medidas para a solução do problema, o déficit nos regimes de aposentadoria e pensão, que hoje é de aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano, pode quadruplicar até 2060, de acordo com estudo feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

https://digital.estadao.com.br/@imprensa 11/cs b HIVH9dzR1OScKhHUywJinTG0kfw-R195DZYcoEFcwGWufHK4K7C2CohZQxss9QCe



Data: 07/06/2019

Relator da Previdência pode mudar regra para servidor perto da aposentadoria

Pela proposta do governo, servidores perderiam a integralidade e receberiam a média dos salários

Na reta final da elaboração do parecer da reforma da Previdência, as pressões sobre o relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), por mudanças no texto continuam. As regras para servidores públicos são o principal alvo de reclamações, segundo apurou o Estadão/Broadcast, além do impasse sobre a permanência ou exclusão de Estados e municípios.

O relator está sensível a alterar regras para servidores que ingressaram até 2003 e que estão hoje mais próximos da aposentadoria. Como eles têm direito a se aposentar com o último salário da carreira (integralidade) e reajustes iguais aos da ativa (paridade) - benefícios considerados "privilégios" pelo governo -, a proposta original propõe exigir deles as idades mínimas finais de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres em troca da manutenção do direito ao valor integral.

Os servidores até teriam a opção de se aposentar antes, com a mesma transição que os demais funcionários públicos, mas perderiam a integralidade e receberiam a média dos salários - um valor provavelmente menor, ainda que acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5,8 mil).

Essas condições das idades mínimas finais sempre geraram resistências no grupo e agora pode ser mudada no relatório. Na terça-feira, na reunião com MDB o relator mencionou como exemplo um pedágio de 100% sobre o tempo que falta para se aposentar para que os servidores possam ter direito aos benefícios.

A grande dúvida nos bastidores é se haverá mudanças também na transição para os trabalhadores da iniciativa privada. Entre participantes da discussão, há a visão de que a flexibilização para servidores ditos privilegiados precisaria vir acompanhada de um aceno também aos trabalhadores vinculados ao INSS para evitar a pecha de que o governo e o

Congresso cederam apenas ao lobby das corporações. Tudo, porém, ainda está sendo analisado com cuidado, principalmente devido ao impacto na economia esperada com a proposta.

Os servidores também querem que Moreira flexibilize as regras propostas para pensão por morte e alíquotas previdenciárias (que poderão chegar a 22% para quem ganha acima de R\$ 39 mil ao mês).

O relator, por sua vez, ainda tenta construir alternativas para as mudanças nas regras do benefícios assistencial a idosos de baixa renda (BPC) e a aposentadoria rural. No entanto, lideranças no Congresso continuam alertando que esses pontos acabarão sendo excluídos da proposta.

Nesta quinta-feira, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que está à frente de uma das principais forças políticas no Parlamento, esteve com o relator e com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, pedindo a exclusão dos trabalhadores rurais da proposta.

Outros pontos que estão sendo fechados pelo relator são o abono salarial - que pode ficar restrito a quem ganha até 1,4 salário mínimo ou ter uma transição, como antecipou o Estadão/Broadcast e a pensão para pessoas com deficiência.

O relator tem se manifestado de forma favorável à permanência de Estados e municípios na reforma, mas ainda há resistência de lideranças. Hoje mais cedo, o presidente da comissão especial da reforma, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), recomendou aos governadores "calçar a sandália da humildade" para pedir ingresso na reforma. Existe o risco de uma emenda que retira os governos regionais ser votada em separado na comissão.

Moreira passou o dia reunido com técnicos para fechar o texto do relatório, rotina que deve se repetir na sexta-feira e no fim de semana. Ele pretende entregar o parecer na segunda-feira (10), mas não descartou adiar a entrega do texto para terça (11), quando haverá uma reunião com todos os governadores em Brasília.





Data: 07/06/2019

Enquanto isso, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), começa a discutir com Ramos e lideranças na Casa a possibilidade de firmar um acordo de procedimentos na comissão para dar ritmo aos trabalhos, sem obstrução excessiva pela oposição. A ideia é tentar diminuir o tempo de fala dos parlamentares, assegurando a oportunidade de todos falarem. Vitor Hugo evita, porém, prever um calendário de votação.

https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,relator-da-previdencia-pode-mudar-regra-para-servidor-perto-da-aposentaria,70002859755



Data: 07/06/2019

Brasileiros retiram R\$ 718,7 milhões da poupança em maio

Os depósitos líquidos somaram R\$ 2,4 bilhões no mês passado; a caderneta voltou a crescer em 2018 mesmo com rentabilidade menor

Após os saques líquidos de R\$ 2,877 bilhões em abril, os brasileiros voltaram a retirar dinheiro da poupança em maio. Dados do Banco Central mostraram que, no mês passado, R\$ 718,718 milhões líquidos saíram na caderneta poupança. Em maio de 2018, foram registrados depósitos líquidos de R\$ 2,405 bilhões.

No mês passado, foram R\$ 204,305 bilhões em saques, contra R\$ 203,586 bilhões em depósitos. Considerando os rendimentos de R\$ 2,987 bilhões na poupança em maio, o saldo global da caderneta chegou aos R\$ 795,160 bilhões.

No acumulado de 2019, as retiradas líquidas da poupança somaram R\$ 16,997 bilhões. O montante é resultado de saques de R\$ 980,894 bilhões contra depósitos de R\$ 963,897 bilhões.

Em função da crise econômica, a caderneta registrou saídas líquidas em 2015 e 2016, mas iniciou um processo de recuperação no ano seguinte. Em 2018, em meio à relativa retomada do emprego e da renda, a poupança fechou o ano com captação líquida de R\$ 38,260 bilhões.

Esta procura maior pela poupança no ano passado ocorreu apesar de a rentabilidade ser, atualmente, inferior ao visto em anos anteriores. Hoje a poupança é remunerada pela taxa referencial (TR), que está em zero, mais 70% da Selic (a taxa básica de juros da economia). A Selic, por sua vez, está em 6,50% ao ano desde março de 2018.

Essa regra de remuneração da poupança vale sempre que a Selic estiver abaixo dos 8,50% ao ano. Quando estiver acima disso, a poupança é atualizada pela TR mais uma taxa fixa de 0,5% ao mês (6,17% ao ano). Esta remuneração, mais elevada, deixou de valer em setembro de 2017, quando a Selic passou para abaixo do nível de 8,50%.

https://economia.estadao.com.br/noticias/geral, brasileiros-retiram-r-718-7-milhoes-dapoupanca-em-maio,70002859151



Data: 07/06/2019

Veículo: O CAFEZINHO

Indústria perdeu 1,1 milhão de postos de trabalho em três anos

Desde o início da operação Lava Jato, que destruiu as maiores empresas de engenharia pesada do país, a indústria brasileira perdeu 1,1 milhão de postos de trabalho.

A Lava Jato foi deflagrada no início de 2014.

Hoje a Odebrecht tenta, desesperadamente, vender seus ativos, e nem isso está conseguindo.

A mistura do messianismo judicial irresponsável com a incompetência trágica do governo Bolsonaro ameaça fazer o Brasil a se tornar um grande fazendão, desta vez não de café, mas de soja, rodeado de minas de minério de ferro.

https://www.ocafezinho.com/2019/06/06/industria-perdeu-11-milhao-de-postos-de-trabalho-emtres-anos/



Data: 07/06/2019

Veículo: R7

Mais de 200 mil lojas fecham no Brasil em três anos

(vídeo)

https://recordtv.r7.com/jornal-darecord/videos/mais-de-200-mil-lojas-fecham-nobrasil-em-tres-anos-05062019



Data: 07/06/2019

Veículo: Jornal Contábil

Conheça os tipos de contrato de trabalho reconhecidos pela CLT

Em contrato de trabalho é algo que precisa ser objetivo e estar de acordo com as previsões das leis trabalhistas vigentes.

Após a reforma trabalhista, os tipos de contrato passaram por mudanças e, hoje, para elaborar e firmar um contrato entre empresa e colaborador, o gestor precisa conhecer as novas regras.

Para ajudá-lo a compreender as novas determinações das leis trabalhistas, listamos abaixo os quatro principais tipos e suas características. Confira!

Contrato de trabalho por tempo determinado Como o próprio nome sugere, o contrato por tempo determinado tem sua vigência estabelecida no momento da contratação. Isto significa que, ao ser contratado, o colaborador já sabe quando terminará o seu vínculo com a empresa.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o rabalho por tempo determinado pode ter duração máxima de dois anos. Além disso, ainda de acordo com as previsões da CLT, este tipo de contrato é válido nas seguintes circunstâncias:

Nos contratos de serviço pontuais que justifiquem a predeterminação da validade do contrato;

Nos contratos de atividades empresariais de caráter temporário;

Nos contratos de trabalho de experiência. Este tipo de contrato não garante ao colaborador:

Recebimento de aviso prévio;

Multa de 40% do FGTS, e Seguro-desemprego. Contrato de trabalho por tempo indeterminado Este tipo é o mais utilizado nas contratações. Isto acontece porque, diferentemente do anterior, ele não tem um período de vigência predeterminado. Após o período de experiência (normalmente 90 dias), o colaborador é contratado por tempo

indeterminado, ou seja, sem data de validade do contrato.

Dessa forma, a rescisão do contrato por uma das partes (empresa ou colaborador) pode acontecer a qualquer momento, mas é preciso contar o aviso prévio.

Quando a demissão sem justa causa acontece, a empresa também precisa pagar a multa de 40% do FGTS, o Seguro-desemprego e o aviso prévio.

Direitos dos colaboradores contratados por prazo determinado e indeterminado

Os colaboradores contratados por prazo determinado e indeterminado possuem os mesmos direitos trabalhistas. São eles:

Remuneração com base no salário mínimo vigente ou piso salarial da categoria; Jornada de trabalho máxima de 8 horas diárias, com pagamento de horas extras com o acréscimo mínimo de 50%. Vale lembrar que são permitidas por lei apenas duas horas extras por dia de

trabalho;

13º salário e férias proporcionais; Descanso semanal remunerado. Contrato de trabalho temporário Este tipo está previsto no Decreto 73.841/74, que caracteriza como trabalho temporário "aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços."

A Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, complementa o conceito acima prevendo em seu parágrafo primeiro que "é proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei."

Além disso, a lei prevê que o período mínimo do trabalho temporário é de três meses, podendo haver prorrogação até nove meses (de acordo com a Portaria MTE 789/14), com anotação na carteira de trabalho do colaborador.

Contrato de trabalho eventual Este tipo de contrato é geralmente confundido com o tipo de contrato anterior, mas a diferença principal é que o trabalho eventual não gera



Data: 07/06/2019

quaisquer vínculos empregatícios com a empresa

contratante.

O colaborador que é contratado em regime eventual, presta seus serviços esporadicamente para a empresa e não há relação direta de trabalho entre as partes. Geralmente são trabalhos executados em períodos muito curtos.

Estes são os principais tipos de contrato de trabalho e suas características. Contrate sem erros!

Gostaríamos que conhecessem nosso treinamento completo e totalmente na prática de departamento pessoal e eSocial para contadores. Aprenda todos os detalhes do departamento pessoal de forma simples e descomplicada. Saiba tudo sobre regras, documentos, procedimentos, leis e tudo que envolve o setor, além de dominar o eSocial por completo. Essa é a sua grande oportunidade de aprender todos procedimentos na prática com profissionais experientes e atuantes no segmento, clique aqui acesse já!

https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-ostipos-de-contrato-de-trabalho-reconhecidos-pelaclt/



Data: 07/06/2019

Veículo: E-commerce News

5 vantagens de trabalhar em um coworking

Cada vez mais utilizados por empreendedores, startups, freelancers e empresas que buscam espaços mais dinâmicos, econômicos, burocracias, inspiradores e com desian diferenciado, coworkings os fogem completamente dos modelos de um escritório tradicional. Com tanta procura e vantagens, esse mercado cresceu 500% nos últimos três anos no Brasil, faturando cerca de R\$ 130 milhões, segundo dados do Censo Coworking Brasil 2018.

Se você está pensando em apostar nesse modelo, veja cinco benefícios apontados pela Elephant Coworking. A empresa aposta em comunidades para fomentar o ambiente de inovação, além de atuar fortemente junto ao ecossistema, promovendo atividades e organizando conexões autênticas.

1) Redução de custo: Com o coworking, o empreendedor não precisa arcar sozinho com o alto custo de um aluguel comercial nem se preocupar com a montagem do escritório. Além disso, não terá gastos com contas mensais, como água, luz, faxina, internet ou segurança. Também tem a vantagem de pagar apenas pelo tempo e pelos serviços que realmente usar.

olist

2) Endereço comercial: Muitos empreendedores precisam de um endereço comercial, mas não necessariamente de um espaço físico para o seu negócio. É o caso de autônomos e de empresas que desejam abrir filiais em outros estados, mas não querem arcar com os gastos com imposto duplicado, por exemplo. A opção do escritório virtual torna-se a solução ideal nesses casos, pois o empreendedor terá o endereço corporativo necessário para legalizar a empresa, podendo acrescentá-lo em seu material de marketing (folders, sites e redes sociais, cartões de visitas, material publicitário) e até mesmo receber clientes e fornecedores, sem a burocracia e gastos de um aluquel convencional. Esse serviço amplia a visibilidade comercial e cria uma imagem de organização, gerando mais respeito ao seu negócio.

- 3) Espaço para eventos e treinamentos: Uma grande vantagem ao contratar os serviços de um escritório coworking são os espaços para eventos, palestras, reuniões, workshops ou até mesmo para algum treinamento de equipe que seja necessário. Basta agendar a data e o horário.
- 4) Networking: Utilizar o espaço compartilhando certamente amplia a rede de contatos. A chance de que "seus visinhos" sejam contatos comerciais úteis ou até clientes em potencial é bem grande. Além disso, você pode ter acesso a diferentes experiências profissionais.
- 5) Ambiente amigável: Formados por profissionais de diferentes organizações, os espaços de coworking praticamente não têm concorrência ou rivalidade interpessoal. Isso, no geral, traz maior eficiência às pessoas que trabalham em tais condições. Além disso, o profissional tem toda a flexibilidade de horário.

https://ecommercenews.com.br/noticias/dicas/5-vantagens-de-trabalhar-em-um-coworking/



Data: 07/06/2019

Veículo: E-commerce News

E-commerces têm a maior alta já registrada no faturamento mas ainda buscam ferramentas para aprimorar seus serviços; Cashback é uma boa aposta

Dados da Ebit|Nielsen, empresa de mensuração e análise de dados, mostraram que o setor de ecommerce faturou R\$ 2,2 bilhões, apenas no Dia das Mães, em 2019. Isso representa um aumento de 5% na comparação com o ano anterior. Ainda segundo a instituição, a previsão para este ano é que o faturamento do setor cresça 15%, com vendas totais de R\$ 61,2 bilhões.

"Estamos otimistas com a retomada da confiança e do crescimento econômico no País, bem como animados com o ritmo acelerado de expansão e maturidade dos e-commerces no Brasil. Acreditamos que ainda há muito no que melhorar, no sentido de experiência de compra e também há muito espaço de crescimento para esse mercado por aqui," afirma Davi Damazio, diretor geral da myWorld – operadora da Cashback World no Brasil.

Neste cenário, o celular provou ser mesmo uma ferramenta poderosa para o comércio online, o que reforça a importância das empresas em pensar em mobile first. Hoje, 7 em cada 10 pessoas já possuem smartphones no Brasil e as compras via mobilejá representam mais de 50% das vendas online no País, de acordo com dados da Criteo. Só em 2018, cerca de 58 milhões de brasileiros fizeram pelo menos uma compra online, o que resultou em um aumento do número de pedidos em 20%. Esses números são considerados impressionantes e demonstram a força dos e-commerces.

A Cashback World, maior Comunidade de Compras multicanal e multisetorial do mundo, vem com a proposta de alavancar ainda mais o comércio online, visando oferecer ao e-commerce um aumento na visibilidade, que passa a ser mundial, e uma oportunidade de diferenciação no mercado, por estar integrado a uma sólida e robusta Comunidade de Compras global.

As soluções da Cashback World ajudam ainda os e-commerces a fidelizar seus clientes, oferecendo

Cashback e Shopping Points a eles, além de promover uma comunicação estratégica em diversos canais. O comerciante ainda tem acesso a um portal online de informações detalhadas sobre a atividade de seu público na Comunidade de Compra.

Edrone

Podemos citar ainda outras vantagens para os e-commerces, como: a publicidade, o marketing estratégico e o vínculo com as Fundações Child & Family e Greenfinity apoiadas pela Cashback World, que são beneficiadas com parte do dinheiro das transações na plataforma. Tudo isso traz tração ao e-commerce e potencializa sua reputação.

"Fidelizar um cliente hoje é muito mais difícil; você precisa oferecer, além de um bom serviço, vantagens, praticidade, inovação e um bom custo-benefício. O cliente está muito mais crítico e por isso entendemos que aliar tecnologia de ponta com as melhores estratégias do varejo é a combinação ideal", conta Damazio.

Dessa forma nasceu o eVoucher, mais novo recurso digital da Cashback World, que permite aos seus Afiliados adquirirem vales-compras digitais de Empresas Parceiras dos mais variados setores como: roupas, acessórios, alimentação, entretenimento. Tudo isso com Cashback (dinheiro de volta) e Shopping diretamente no Cashback App ou no portal de compras www.cashbackworld.com/br. A partir do vale adquirido, é gerado um código no próprio aplicativo, que será utilizado pelos Afiliados para pagarem por suas compras. O Cashback já é garantido no momento da compra do vale digital.

"Defendemos o consumo inteligente e trabalhamos para isso. O eVoucher veio dessa nossa busca constante por inovação e por oferecer hábitos de compra mais benéficos aos consumidores", completa Davi Damazio.

Hoje já são mais de mais de 100 mil pontos de aceitação do eVoucher em todo o mundo, tanto em lojas físicas como e-commerces. Outro recurso tecnológico embarcado no aplicativo da Cashback World é a geolocalização, que mostra quais são as Empresas Parceiras mais próximas do consumidor que aceitam o eVoucher.



Data: 07/06/2019

No Brasil, a expectativa da Cashback World, nos próximos três anos, é se tornar líder e referência de mercado em Cashback e soluções de fidelização de clientes, sobretudo para pequenas e médias empresas.

https://ecommercenews.com.br/noticias/lancame ntos/e-commerces-tem-a-maior-alta-jaregistrada-no-faturamento-mas-ainda-buscamferramentas-para-aprimorar-seus-servicoscashback-e-uma-boa-aposta/



Data: 07/06/2019

Veículo: IT MÍDIA

7 erros de empreendedores iniciantes que você precisa evitar para a sua startup

Assim como em qualquer empresa que esteja dando os primeiros passos, em uma startup também é necessário ter atenção redobrada aos detalhes para que tudo funcione com a máximo eficiência, principalmente, nos meses iniciais, quando as condições são pouco favoráveis. Nesse período, é essencial conhecer os erros mais comuns, de empreendedores iniciantes, que devem ser evitados.

Ter alguns tropeços ajuda a mostrar a melhor direção a ser seguida dentro de um mercado, mas, muitas vezes, eles podem prejudicar ou retardar os seus planos. Sendo assim, quanto mais erros você puder evitar no início da sua jornada empreendedora, mais rápido conseguirá alcançar os seus objetivos.

Empreender requer muita dedicação, determinação e conhecimento sobre o segmento. Ao observar e conhecer a história de outros empreendedores, a experiência deles servirá como aprendizado, o que reflete positivamente na gestão do seu negócio. Afinal, você saberá o que poderá replicar ou não para ser bemsucedido.

Quer aumentar as chances de êxito da sua startup? Confira, abaixo, a lista que preparamos com os erros que você não pode cometer.

1. Não conhecer seu público-alvo

Uma startup é um empreendimento que ainda está engatinhando, contendo um modelo de negócio que realiza os primeiros testes para compreender qual é o seu posicionamento de mercado. Nessa etapa, é imprescindível conhecer muito o seu público-alvo e entender o que eles esperam da sua empresa.

Mesmo quem tem anos de vivência no mercado e muita experiência com o produto ou serviço oferecido deve tomar cuidado para não se basear em 'achismos", todo o seu planejamento tem que ser feito a partir de informações reais. E isso só é possível por meio de uma boa pesquisa de mercado.

A partir dessa ferramenta, você terá certeza de quem é o seu cliente, descobrindo também quais são as suas preferências, do que não gostam, o que a sua empresa pode oferecer, a maneira correta de se comunicar e como fidelizá-los.

O estudo desses dados lhe permite crescer rapidamente e de forma mais segura. Ignorar as características do seu público faz com que o negócio seja construído em cima de suposições, aumentando as chances de falhas e fracassos.

2. Não desenvolver um plano de negócios

O plano de negócios é uma espécie de guia para o empreendedor. Por isso, ele é indispensável para o sucesso de toda e qualquer empresa. É com o uso desse material que você poderá determinar ações e metas a serem cumpridas a longo, médio e curto prazo.

Esse documento deve ser composto por informações como principais ideias, custos para colocá-las em prática, metas e prazos, possíveis riscos, o alvo a ser atingido e o potencial de lucro da startup.

Dessa forma, você saberá exatamente onde deseja chegar e estará mais bem organizado para trilhar esse caminho, tendo controle sobre as suas ações, o que lhe dá mais segurança para enfrentar os obstáculos que surgirem.

3. Não saber nada sobre gestão

Você atuou a sua vida inteira em um determinado segmento e agora decidiu abrir um startup nessa área? Isso é ótimo, pois significa que você tem o conhecimento técnico para oferecer o serviço, mas não é tudo, uma vez que para comandar uma empresa é necessário ter competências sobre gestão, para que ela flua bem em todos os setores, como finanças, marketing e recursos humanos.

Por isso, é preciso investir na sua capacitação, buscando adquirir conhecimentos sobre administração, além de recorrer a profissionais especializados nos assuntos que você não



Data: 07/06/2019

domina. Isso acrescenta profissionalismo à imagem do seu negócio, aumentando a sua credibilidade perante clientes, fornecedores e concorrentes.

4. Não desenvolver um MVP

O Produto Minimamente Viável (MVP) deve ser uma das primeiras etapas a serem executadas pelo empreendedor, pois consiste em analisar e coletar dados sobre os seus clientes para posteriormente criar simulações práticas de negócio, que ajudam a empresa a aprender, em pouco tempo, o que falta para definir preços, funcionalidades e lançar um produto inovador.

Deixar de desenvolver um MVP pode fazer com que o empreendimento lance uma solução que não represente as necessidades do seu público. Portanto, invista nesse recurso para aprimorar o seu produto ou serviço, aproximando-o o máximo possível da demanda identificada nos consumidores.

5. Demorar para lançar seu produto

A agilidade é uma das principais características das startups. Nesse ambiente, uma ideia pode surgir de manhã, ser testada no dia seguinte e disponibilizada no mercado na próxima semana.

É claro que planejamento é importante, mas o excesso de demora para lançar um produto pode fazer com que o negócio perca oportunidades que são estão disponíveis no momento em que o mercado está mais aquecido.

Para que isso não aconteça, estabeleça um cronograma de testes dos seus produtos, para que possam ser lançados com qualidade, mas sem perder as datas mais oportunas.

6. Não diferenciar as finanças da empresa das finanças pessoais

A confusão patrimonial pode levar muitas empresas à falência, sendo esse um dos problemas mais comuns da má gestão de um negócio. Quando não há uma divisão definida do que é patrimônio empresarial e o que é posse pessoal, a tendência é que o proprietário ou sócios usem o dinheiro para empresa para pagar contas pessoais, prejudicando a sua saúde financeira e sobrevivência.

Com essa separação, há mais facilidade para escriturar o negócio, evitam-se problemas fiscais e tributários, ajuda a entender a situação financeira do seu caixa e aumentar o poder de crédito.

7. Subestimar a necessidade de marketing e divulgação

Mesmo em uma empresa de pequeno porte é necessário elaborar estratégias de comunicação eficientes para promover a divulgação do seu produto. O marketing é de suma importância, especialmente, na fase inicial, quando a startup precisa tornar-se conhecida para atrair clientes e investidores.

Embora nos primeiros meses de existência seja recomendado poupar gastos, tenha em mente que a divulgação é um fator que merece muita atenção. De preferência, busque profissionais capacitados para essa questão.

Agora que você sabe quais são os erros de empreendedores iniciantes que deve evitar, já pode se preparar para impedir danos ao seu negócio, tornando a sua gestão mais precisa — fator crucial para conquistar a estabilidade e lucratividade.

https://itmidia.com/7-erros-de-empreendedoresiniciantes-que-voce-precisa-evitar-para-a-suastartup/



Data: 07/06/2019

Veículo: IT Mídia

Voltar ao Sumário

Indústria de podcast deve gerar US\$ 1 bilhão em receita até 2021

O interesse do Spotify no mercado de podcast é, facilmente, justificado por um crescente mercado. Em 2018, a indústria de podcast gerou uma receita estimada em US\$ 479,1 milhões e, segundo um novo relatório do Interactive Advertising Bureau (IAC) e da PwC, deverá render mais de US\$ 1 bilhão até 2021.

O Spotify tem diversificado seu modelo de negócios quando passou a investir na oferta de podcasts. Neste ano, a empresa adquiriu três startups do setor para ganhar fôlego no mercado. Os estúdios de produção Gimlet e Parcast e a plataforma Anchor, voltada para criação, distribuição e monetização de podcasts por produtores independentes.

Na ocasião do anúncio das aquisições, Daniel Ek, CEO e fundador do Spotify, deixou claras as ambições do Spotify para o setor. "Existem inúmeras maneiras de contar histórias que servem para entreter, educar, desafiar, inspirar, nos unir ou quebrar barreiras. O formato está evoluindo e, ainda que podcast seja um mercado relativamente pequeno hoje, eu vejo um enorme potencial de crescimento no mundo e no Spotify em particular", afirmou.

Só em 2019, o Spotify planeja gastar US\$ 500 milhões na nova vertical de conteúdo que criou para si. Os esforços em podcast vislumbram, claro, uma nova fonte de receita para a companhia.

Segundo o relatório da PwC, os anúncios que são transmitidos pelos apresentadores dos podcasts constituem a forma mais popular de publicidade, algo que requer um relacionamento entre apresentador, marca e audiência. Mas esse tipo de influência promete mudar e ser automatizada. Segundo informações do The Verge, o Spotify já planeja construir seu negócio de anúncios para podcasts.

https://itmidia.com/industria-de-podcast-devegerar-us-1-bilhao-em-receita-ate-2021/



Data: 07/06/2019 Veículo: IT MÍDIA

Startups brasileiras poderão conhecer gratuitamente o ecossistema de Boston

A 8ª edição do StartOut Brasil, programa de apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo, está com inscrições abertas. De 24 de maio a 17 de junho, os empreendedores interessados em realizar uma imersão em Boston (EUA) deverão fazer sua inscrição aqui.

Realizado pelo Ministério da Economia, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Ministério das Relações Exteriores (MRE), SEBRAE e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), o programa já realizou 91 atendimentos sobre internacionalização e levou 72 startups para participar de missões de imersão em Buenos Aires, Paris, Berlim, Miami, Lisboa e Santiago.

Segundo Igor Nazareth, Subsecretário Inovação no Ministério da Economia, o programa é de extrema importância para as startups brasileiras, pois elas tendem a olhar apenas para o mercado doméstico. "O StartOut Brasil busca justamente alterar essa mentalidade, mostrar as oportunidades de ganhar novos mercados e apoiar essas startups no processo internacionalização. A participação do Governo é necessária para ajudá-las a despertar um olhar global, atrair a visibilidade necessária para a expansão de seus negócios e conectá-las com parceiros estratégicos', afirma.

O programa tem duração de cerca de 20 meses, aproximadamente sendo dois meses de preparação, uma semana de imersão no ecossistema escolhido e mais 18 meses de apoio promoção de exportação produto/serviço, instalação no país visitado, atração de investimentos, monitoramento de resultados, entre outras atividades.

Startup faz gestão de processos jurídicos por meio de IA e Big Data

Para participar, as startups devem ter faturamento (de preferência acima de R\$500 mil por ano) ou já ter recebido algum tipo de

investimento, ter tração no mercado doméstico e condições concretas de se internacionalizar, sem comprometer suas operações locais. É importante também que as empresas tenham 100% da equipe dedicada ao negócio e domínio do inglês.

Até 20 startups serão selecionadas, sendo 15 negócios na categoria "ampla concorrência", que são startups que nunca participaram ou participaram de apenas um ciclo do StartOut Brasil; e 5 startups na categoria "graduadas", composta por empresas que já estiveram em dois ou mais ciclos de imersão oferecidos pelo programa. O resultado será anunciado em 18 de julho no website do programa.

Seleção e preparação

Após enviar o formulário preenchido obrigatoriamente em inglês, apresentando dados específicos sobre a empresa e mercado alvo, cada startup será inicialmente analisada por avaliadores das instituições organizadoras, e as 40 startups mais bem posicionadas serão avaliadas por esp ecialistas no mercado de destino.

Para extrair ao máximo o que o destino tem a oferecer, as startups passarão por um processo de preparação para a missão, que dura de seis a oito semanas. Durante esse período, os empreendedores recebem consultoria especializada em internacionalização; acesso à plataforma "Passaporte para o Mundo" da Apex-Brasil; conexão com mentores que conhecem o ecossistema de destino; workshop presencial em São Paulo; e sessões online de treinamento de pitch.

A imersão no ecossistema de Boston será realizada entre 22 e 27 de setembro, quando as startups terão uma agenda voltada à prospecção de clientes e investidores e à conexão a ambientes de inovação, com visitas a aceleradoras, incubadoras e empresas locais. Elas também farão rodadas de reuniõ es com prestadores de serviços; reuniões de negócios organizadas por matchmaker e um Demoday com investidores.

Missão em Boston



Data: 07/06/2019

A cidade mais populosa do estado norteamericano de Massachusetts foi escolhida como destino da próxima missão do StartOut Brasil após avaliação do potencial do mercado, seu tamanho e maturidade do ecossistema. Boston se mostrou um importante "hub" de inovação e empreendedorismo científico-tecnológico.

A segunda maior comunidade brasileira nos Estados Unidos, ficando atrás apenas da Flórida, abriga mais de cem instituições de ensino superior, como a renomada universidade de Harvard e o importante Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), parques tecnológicos de ponta e mais de 400 empresas de alta tecnologia apenas no pequeno perímetro de Kendall Square/Cambridge.

Além disso, a região tem uma economia embasada em setores como energias renováveis, equipamentos eficientes, tecnologias da informação e softwares e apresenta índices de desenvolvimento superiores aos dos demais estados do país, principalmente nas áreas de tecnologia, biotecnologia, saúde e serviços financeiros.

https://ipnews.com.br/startups-brasileiraspoderao-conhecer-gratuitamente-o-ecossistemade-boston/



Data: 07/06/2019 **Veículo**: Destak

Estado realiza feira de oficinas e orientação profissional para dependentes químicos

Nesta sexta-feira, 7 de junho, pacientes do Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) terão um encontro com instituições que oferecem cursos profissionalizantes em diversas áreas.

PUBLICIDADE

Com o objetivo de preparar seus pacientes para a reinserção social e no mercado de trabalho, a Secretaria de Estado da Saúde promove a 1ª FOOP Cratod - Feira de Oficinas e Orientação Profissional, realizada na unidade, das 8h às 12h.

A iniciativa conta com apoio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Cultura e Economia Criativa e órgãos vinculados às pastas. Integram a Feira 21 instituições que apresentarão, aos pacientes do Cratod, seus cursos profissionalizantes e darão orientações sobre inscrições, certificações e mercado de trabalho.

Entre os participantes estão o Centro Paula Souza, SEBRAE, ETECs, FATECs, Jovem Aprendiz, UNINOVE e outras organizações públicas e privadas (confira a relação abaixo).

"A dependência química não é apenas uma questão de saúde, mas também uma questão social. A reinserção do paciente no segmento do trabalho também é importante para seu processo de recuperação, com fatores que vão desde a participação do cidadão em uma comunidade e seus relacionamentos, até o aumento da sua autoconfiança, aceitação e motivação", explica o diretor do Cratod, Marcelo Ribeiro.

Um dos diferenciais apresentados pela feira é a reunião de instituições de várias regiões da Grande São Paulo e não apenas da região central da cidade. O objetivo é facilitar o acesso a muitos pacientes que residem ou possuem familiares em outras regiões do município. Alguns dependentes químicos em tratamento ajudarão na monitoria do evento.

Os cursos oferecidos são gratuitos, no geral, e preparam profissionais para diversas áreas, como administrativa, costura, beleza, culinária, informática, mecânica, eletrônica, entre outras. Os pacientes podem continuar seu tratamento no Cratod e, paralelamente, realizar um curso profissionalizante.

"Esse novo projeto do Cratod é fundamental para que esses pacientes consigam voltar ao mercado de trabalho e, consequentemente, fortalecer sua autonomia", afirma o Secretário de Estado da Saúde, José Henrique Germann Ferreira.

Servico

1ª FOOP Cratod - Feira de Oficinas e Orientação Profissional

Data e horário: 7 de junho (sexta-feira), das 8h às 12h

Local: Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) – Rua Prates, 165, Bom Retiro, São Paulo – SP.

Instituições participantes da 1ª FOOP Cratod

Instituto Rogacionista SEBRAE - SP

Instituto Dom Bosco

Instituto Embelleze

Centro Paula Souza

Etec Itaquera

Etec Itaquera II

Etec José Rocha Mendes

Etec São Paulo

Etec Sapopemba

Etec Zona Leste

Fatec Itaquera

Fatec São Paulo

Fatec Franco da Rocha



Data: 07/06/2019

Restaurante Escola Jovem Aprendiz

Biblioteca da Mooca

DIGILAB UNINOVE

Projeto Guri Santa Marcelina

Instituto Porto Seguro

https://ipnews.com.br/startups-brasileiraspoderao-conhecer-gratuitamente-o-ecossistemade-boston/



Data: 07/06/2019 **Veículo**: Destak

"Precisamos transformar os universitários em líderes capazes de mudar o mundo"

omo fazer com que os estudantes de hoje se transformem nos empreendedores sociais do futuro? Desenvolver uma nova geração de líderes engajados com o destino do planeta é o objetivo da Enactus, organização global que conecta universidades, grandes empresas e comunidades.

"Nós acreditamos que investir em estudantes capazes de resolver problemas sociais ajuda a criar um mundo melhor", diz Rachel Jarosh, CEO global da organização, que esteve em São Paulo no mês de junho para reuniões com parceiros empresariais da organização. Entre as companhias que fornecem ajuda financeira e mentoria para o projeto, estão nomes como Unilever, KPMG, Cargill, DMS e Grupo Baumgart, que controla o Center Norte – no Brasil, o Instituto Center Norte é o maior patrocinador da Enactus.

Para alcançar seu objetivo, a Enactus faz parcerias com universidades, que elegem seus times de estudantes. Depois, a organização ajuda a treinar esses alunos para que sejam capazes de implementar iniciativas sociais. Os líderes de negócios entram com a mentoria — além de participar como jurados em competições que escolhem os melhores projetos.

A organização reúne mais de 72 mil estudantes de 1.730 universidades em 36 países. No Brasil, onde a Enactus chegou em 1998, fazem parte da iniciativa 3 mil estudantes de 120 instituições de ensino superior, localizadas em 21 estados.

"Temos iniciativas em todo o Brasil. 40% dos nossos estudantes estão nas regiões Norte e Nordeste", diz Joana Rudiger, presidente da Enactus no Brasil. Em julho, a organização realiza uma competição com 48 times de diferentes estados. "Depois, o vencedor concorre no Enactus World Cup, que acontece em setembro."

Por aqui, são vários os casos de grupos de universitários que criaram empresas sociais de sucesso. É o caso do Amana Katu, do Pará, que acumula prêmios com seu sistema que transforma água da chuva em água potável.

Existem hoje várias organizações voltadas para empreendedorismo social. Mas a Enactus é uma das poucas que trabalha com estudantes. Por que decidiram focar em universidades?

A proposta da Enactus é ajudar estudantes universitários a entender como os negócios podem trazer soluções para os problemas da sociedade. É uma ideia simples, mas de execução complexa. O que descobrimos ao longo do tempo é que, quando os estudantes são capazes de aplicar seus talentos na vida real — concebendo e executando um projeto, trabalhando junto com a comunidade, errando e tentando de novo —, eles desenvolvem um senso de propósito que seus colegas não têm. E isso tem um impacto na sua identidade e na sua satisfação pessoal, especialmente quando o universitário trabalha com questões sociais ou ambientais que são significativas para ele.

Como funciona o programa?

Quando entramos pela primeira vez em um país, começamos o trabalho falando com lideranças empresariais. Essas parcerias são fundamentais, que vão proporcionar apoio financeiro, iá mentoria е aconselhamento. Depois aproximamos das universidades e oferecemos o programa como um complemento ao ensino que eles proporcionam. Daí as universidades nos ajudam a identificar os professores apaixonados por questões sociais. São os professores que vão escolher os estudantes que podem dar partida ao projeto.

Da nossa parte, proporcionarmos treinamento para os times de cada universidade, ensinando como desenhar um projeto, montar uma equipe, cuidar das finanças, todos os fundamentos de uma organização bem-sucedida.

Vocês sugerem projetos para os estudantes?

Nós apenas determinamos que os projetos devem estar alinhados com os 17 Objetivos Sustentáveis da ONU. Cabe aos estudantes visitar suas comunidades e identificar as questões nas quais podem causar impacto.



Data: 07/06/2019

É comum esses projetos se transformarem

em negócios viáveis?

A ideia é que todas as iniciativas sejam sustentáveis, isto é, sobrevivam ao teste do tempo. Isso acontece de várias maneiras. Alguns deles transformam o projeto em um empreendimento social. Outros se associam a algum membro da comunidade, que depois se torna responsável pelo negócio. Em outros casos, a universidade abraça o projeto, que vira uma ferramenta de ensino.

Como os líderes de grandes empresas participam do projeto?

Consideramos nossos parceiros de negócios como sócios. Eles não apenas proporcionam suporte financeiro para a organização, mas também engajam seus funcionários para que se tornem mentores, conselheiros ou jurados nas nossas competições. Para as grandes empresas, o programa da Enactus é uma oportunidade de branding, e também de recrutamento — muitos de nossos parceiros estão interessados em contratar estudantes com talento para a liderança.

Na sua opinião, qual a melhor maneira de preparar os jovens para um mundo em constante transformação, tanto social quanto digital? Por conta da revolução digital, muitos estudantes terão empregos completamente diferentes dos que existem hoje, tarefas que nem temos como definir. Mas não serão suas habilidades gerais ou seu treinamento tecnológico que vão prepará-los para isso. Vai ser a habilidade de liderar um time, de se adaptar a um mercado complexo, de se conectar a pessoas fora da sua zona de conforto e de trabalhar com tecnologia de maneira produtiva e sustentável, e não destrutiva ou polarizada. Há algumas coisas muito especiais sobre os nossos estudantes. Eles tendem a ser líderes movidos por valores. Eles entendem que têm uma oportunidade de criar impacto, e que só uma liderança real pode levar a isso. É essa postura que me dá esperança para o futuro.

<u>universitarios-em-lideres-capazes-de-mudar-o-</u> mundo.html

Voltar ao Sumário

https://epocanegocios.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2019/06/precisamos-transformar-os-



Data: 07/06/2019

Veículo: Correio do Povo

Empatia: a interação humanizada necessária ao Mundo 4.0

Estudos apresentados há dois anos no The Global Summit 2017 sobre o futuro da educação já despertava a preocupação em preparar o aluno para se adaptar a transformação digital e atender o novo mundo, o Mundo 4.0. O Relatório The New Work Order, apresentado no evento pela Fundação australiana Foundation for Young Australians (FYA), recomendou que as instituições educacionais dessem mais ênfase nas habilidades digitais e ao empreendedorismo, além de estímulos ao uso da empatia com inteligência desde os primeiros anos escolares.

Em outro estudo divulgado pela Avaya em fevereiro, junto à IDC (International Data Corporation), com 800 empresas de 15 países, incluindo o Brasil, sinaliza que a transformação digital requer combinação de interações tecnológicas e humanas, para atender as necessidades dos clientes. Marcio Rodrigues, presidente da Avaya no Brasil destaca.

"As novas tecnologias – especialmente a Inteligência Artificial – podem ser grandes aliadas para reduzir custos e melhorar a experiência do consumidor, mas temos um desafio que é entender como aliar a expertise humana com a tecnologia para obter resultados cada vez mais satisfatórios. Dessa forma, é importante que as organizações estabeleçam uma estratégia multichannel e omnichannel, respeitando as necessidades, o contexto e desejos dos consumidores".

A empatia tem forte contribuição aos profissionais para se adaptarem ao Mundo 4.0, segundo revela Carla Béck, diretora da Infinita Eph, em entrevista concedida ao Portal PME NEWS esse mês.

"No Mundo 4.0, a velocidade das informações e o uso da tecnologia podem nos levar a certo distanciamento e a uma exaltação ao lógico. Lembrar que somos humanos e nos apropriarmos dessa função da inteligência humana permitirnos-á evitar julgamentos precipitados sobre o comportamento de outras pessoas, pois nossa atenção estará em perceber primeiramente as

razões que os levam a agir de determinada maneira".

Carla reforça também a importância da empatia no processo de adaptação.

"Essa aproximação nos possibilitará gerarmos soluções mais eficazes para as novas demandas, diminuir e evitar conflitos, facilitar os processos de adaptação, criar ambientes mais cooperativos e solidários".

A executiva ressalta também o papel da empatia como essência nesse processo de aprendizado ao novo mundo.

"A empatia é a base para o novo aprendizado, um dos recursos para desenvolver a agilidade emocional necessária para lidar com o novo mundo e suas demandas."

https://www.correiodopovo.com.br/vivabem/empatia-a-intera%C3%A7%C3%A3o-humanizada-necess%C3%A1ria-ao-mundo-4-0-1.343890



Data: 07/06/2019 Veículo: Jm Online

Deficientes visuais recebem curso de empreendedorismo do Sebrae

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) iniciou em Uberaba projeto de empreendedorismo em parceria com o Instituto dos Cegos do Brasil Central (ICBC). Equipe de reportagem do Jornal da Manhã esteve na sede do instituto, onde foi ministrada a primeira aula sobre o tema.

Hélder Lima, consultor do Sebrae, foi o responsável pela primeira aula e, consequentemente, o contato com os futuros empreendedores. "Esse primeiro contato é um start importante para a gente identificar as características individuais e o comportamento", esclarece, afirmando que o curso foca em cada um, como futuro empreendedor. "Hoje, nós trouxemos para eles o contexto de que empreendedorismo é para todos independente de qualquer limitação", afirma.

Ademar José do Nascimento, monitor de informática do ICBC, expressa que a primeira aula abriu sua mente para o campo dos negócios e ele já faz planos para abrir uma microempresa. "Eu quero abrir uma empresa de informática ou então montar um projeto de cooperativa", revela, afirmando que as primeiras orientações ajudaram a fluir as ideias.

Deficiente visual e advogado, André Luiz Borges teve vivência no mundo empresarial e, também, participou do curso. "Nós precisamos de pessoas que nos orientem a ir pelo melhor caminho", ressalta, afirmando na sequência ter planos para lançar um livro, em breve.

O projeto de empreendedorismo, voltado ao público de deficientes visuais, é pioneiro no Brasil. Por ser o primeiro nesse molde, a periodicidade das aulas, o tempo de duração e o plano de ensino ainda estão sendo traçados.

http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CI DADE,180344



Data: 07/06/2019 Veículo: ES BRASIL

Rumos da economia: 2019, ano perdido?

Quanto o assunto está nos rumos da economia, a diversificação de investimentos é o conselho principal dado pela economista chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. Após palestra promovida na capital capixaba pela Valor Investimentos e Audi Center Vitória, sobre o cenário macroeconômico brasileiro, a economista falou com ES Brasil. Confira!

DIANTE DO CENÁRIO ATUAL, 2019 É UM ANO PERDIDO?

Do ponto de vista de crescimento da economia, penso que sim. Estamos falando de uma economia praticamente estagnada, e temos ainda que torcer para não ter nenhum acidente de percurso. Porque economia estagnada naturalmente fica mais vulnerável. Imagina o seguinte: uma empresa que está operando no seu limite de margens e por alguma razão – como paralisação, crise na Argentina, qualquer questão – a demanda cai.

Aquela empresa que já está com dificuldade de se equilibrar, pode ser levada a demitir, pois já estava no seu limite. Então, a estagnação, ou quase estagnação da economia, embute riscos. Vamos torcer para que 2019 seja um ano sem grandes ruídos no ponto de vista de choques, para que não haja risco de ter um quadro ainda pior, com cheiro de recessão no ar. Do ponto de vista do crescimento é isso. Era para estarmos acelerando a economia, e provavelmente vai crescer menos do que o ano passado. Por esse aspecto, sim, é um ano perdido.

HÁ O QUE FAZER PARA REVERTER ESSE QUADRO, OU APENAS TORCER PARA NÃO DAR ERRADO?

Há o que fazer sim. Primeiro o governo precisa melhorar sua capacidade de articulação e diálogo no Congresso para acelerar reformas. O governo precisa comunicar, ter um programa de governo mais claro, sinto falta de ações mais coordenadas definindo prioridades, e não estou falando só do Ministério da Economia. Estou falando de agenda de Governo. Sinto falta de uma maior

coordenação da Casa Civil; de ver continuidade a esforços que foram iniciados no governo Temer.

E finalmente, algo que já tem uma tendência de melhora (vamos aguardar) são alguns equívocos nas falas do próprio presidente. Falas que acabam gerando apreensão no setor produtivo, já tão penalizado com o custo Brasil e outros fatores. Não é fácil abrir o jornal e ver um presidente que perde o foco naquilo que é essencial hoje, que é a economia. O que eu percebo é que isso causa inquietação. A queda da aprovação do presidente, do governo, e a própria queda da confiança do empresário que vinha numa trajetória de alta, a inflexão que a gente teve agora com tendência de queda, está em alguma medida relacionada a sinalizações do próprio presidente. Sinalizações de quem não está focado na agenda econômica. Tem um esforço do governo de mostrar a que veio, que está focado nisso, e melhorar sua articulação no Congresso para garantir a entrega de reformas.

Às vezes, a impressão que fica é que isso é pouca coisa. Não é. Quando a gente pega 2016, governo Temer, por exemplo. Teve a votação do impeachment em agosto. A aprovação da regra do teto, primeira medida estrutural aprovada, ocorreu somente em dezembro. O Banco Central só cortou juros em dezembro (e bem pouco: 0,25 ponto) e mesmo assim o governo Temer conseguiu estancar a recessão. Por quê? Não tinha nada concreto. Por que ele conseguiu estancar? Por que ele mostrou que tinha um demonstrou capacidade programa е articulação. Então aquele empresário que ia demitir resolveu dar o benefício da dúvida e a gente estancou a recessão. Só para deixar claro que essa questão de coordenar, de ajudar a melhorar a confiança do empresário, enfim, isso é importante.

RUMOS DA ECONOMIA

EM TERMOS DE INVESTIMENTOS, O QUE É POSSÍVEL FAZER PARA GARANTIR RENTABILIDADE E SE PROTEGER DAS INSTABILIDADES?

Não sou estrategista, mas num cenário que a gente tem incertezas ainda do que vai ser o restante do ano e os próximos anos, convém diversificar investimentos. Vou dar um exemplo



Data: 07/06/2019

aqui. O mercado debate se o BC vai cortar ou não juros, há quem tema que seja até o contrário. Dependendo de como vai ser a reforma da Previdência, não vai cortar juros. Dependendo de como terminar este ano, talvez o BC suba os juros. Não sabemos. Tem um grau de incerteza que não permite garantir 100% que o próximo passo do BC é cortar juros.

O que estamos discutindo no Brasil não é se o país vai dar certo, ou se não vai dar certo. Não é essa questão. A questão é o quanto avançar. Será que vamos conseguir avançar bastante? Será que Bolsonaro vai ser tão reformista quanto foi Temer? Ainda não sabemos. A forma como terminar 2019, irá definir os próximos anos. Se houver uma boa reforma da Previdência, e em seguida tiver mais clareza da agenda econômica, podemos nos surpreender com a capacidade de reação do país. Mas ainda não dá para dizer que este cenário virá. Vamos ter de aquardar mais sinais. O ministro Guedes (Paulo Guedes) tem convicção do que precisa ser feito, mas tem agenda que não é do ministro da Economia, é agenda de governo. Ministro da Economia não pode tudo.

A REFORMA VAI REALMENTE RETIRAR PRIVILÉGIOS?

Se a reforma sair da forma como foi proposta pelo governo, há um grande avanço de equalização de regras. Não vai ser pleno ainda. Tem que pensar que terão transições, o que é compreensível. Imagina uma pessoa que está prestes a se aposentar no setor público, que ingressou antes de 2003. Tem que haver uma transição, é claro. Mas é um passo importante para essa equalização de regras, dentro dos setores privado e público e entre eles.

Porque o que acontece hoje é que no setor privado você tem aqueles que são a base da pirâmide, que aposentam por idade. Pode ser desde 55 anos, mulheres no campo, a 65 anos, homens urbanos. Quem conquista o benefício por tempo de contribuição, que é justamente o não pobre, aposenta muito mais cedo. Então já tem uma diferença de regimes aqui, dependendo se a pessoa está aposentando por contribuição ou não. Precisa deixar mais próximo, por isso a ideia de instituir a idade mínima para todo mundo. No setor público, as regras variam.

Se entrou antes ou depois de 2003, ainda tem um diferencial se entrou antes de 1998 (não tinha idade mínima), antes de 1993 (não tinha contribuição alguma para inativos). Aí muda. Quem entrou antes de 2003 tem idade mínima, mas ainda não tem teto, estabelecido após essa data. É uma colcha de retalhos. Tem um esforço importante para ir aos poucos eliminando essas distorções e também regimes especiais. Não vai ser 100% mas já é um caminho importante.

QUAL SERIA O CENÁRIO IDEAL DA ECONOMIA PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO? E QUAL A EXPECTATIVA DE ISSO ACONTECER?

- Vai depender muito da agenda de reforma. Então vamos lá: o Brasil no passado conseguiu mais ou menos acompanhar o crescimento da economia mundial. Era o Brasil dos governos Fernando Henrique e Lula. Havia provavelmente um potencial de crescimento oscilando entre 3% e 3,5%, dado ao nosso estoque de capital, nossa infraestrutura, a qualidade de mão de obra. Aquilo que os economistas chamam de potencial de crescimento de longo prazo.

A partir do segundo mandato de Lula e certamente na gestão Dilma, tivemos um grande desvio de rota em que mais que não haver agenda, teve um movimento de contra-agenda, propostas e decisões que geraram retrocessos. e aí a grave crise que tivemos. O Brasil, tantos anos com equívoco de política econômica fizeram com que nosso potencial de crescimento se reduzisse. O mundo está ali discutindo indústria 4.0 e a nossa indústria está obsoleta. É muito provável que nosso potencial de crescimento, que era 3%, 3,5%, alguma coisa assim, hoje não esteja muito maior que 1%, 1,5%. Tanto é que, apesar da fragueza da economia, a inflação parou de cair. Talvez o nosso potencial não seja tão grande, seja bem pequeno. Significa que teremos que fazer mais esforço para conseguir voltar a acompanhar o mundo. E ainda em um contexto de fim de bônus demográfico, um país que envelhece.

Então hoje, para acompanhar o mundo, o Brasil tem que se esforçar mais ainda. A reforma da Previdência é só o início dessa conversa, porque se o quadro fiscal é instável, esquece a discutir o



Data: 07/06/2019

crescimento econômico. Num cenário fiscal como o nosso, se não tiver um conserto, iremos caminhar para um quadro parecido com o existente na gestão Dilma, onde não se sabe para onde vai o câmbio, para onde vai a inflação, para onde vai a Selic, e o próprio crescimento do PIB.

É claro que isso é o alicerce, mas falar em construção de parede de crescimento é outra agenda. Tem que fazer esse alicerce. Tem que garantir que o crescimento econômico vai estar estável, por que sem um ambiente estável, qualquer política pública é mais limitada, até um Bolsa-Família. Com inflação elevada até o Bolsa-Família vai ter dificuldade de funcionar direito. É essencial. E também para virar a página da agenda econômica. Se o fiscal está arrumado, a gente vai conseguir discutir outras agendas.

E O QUE ENVOLVE ESSE CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO?

Crescimento de logo prazo é um tripé, e as três pontas têm de caminhar juntas, mas umas estão mais defasadas que a outra. A primeira ponta é melhorar ambiente de negócios. Hoje o empresário praticamente não tem qualquer estímulo para investir no Brasil, com tanta regulação, com tanta mudança de regra, com tanto intervencionismo estatal, a complexidade da carga tributária. O que mais escuto de empresário é "não dá para investir no Brasil".

A segunda ponta é a abertura da economia. Precisa tirar os empresários da zona de conforto de uma economia protegida. Claro que seria inadequado uma abertura abrupta. Tem que caminhar junto com uma agenda de combater custo-Brasil. Acho o risco de fazermos algo abrupto muito baixo, o próprio setor produtivo pressiona. Na verdade, o que é vencer resistências para ir aos poucos avançando nessa agenda.

O Brasil é a economia mais fechada do mundo, quando comparado a países relevantes. Em que aspecto? Na adoção de barreiras tarifárias e não tarifárias. Já fomos o país mais fechado do mundo, e é onde a indústria está mais fragilizada, o que mostra que fechar a economia não foi uma boa decisão. Com a economia fechada, o empresário investe menos, não tem

acesso a insumos, a bens de capital. Tudo isso reduz a produtividade. É preciso abrir junto com a melhora do ambiente de negócios. O Brasil taxa demais insumos e máquinas.

O terceiro pilar é a qualidade da mão-de-obra. Temos uma geração de jovens praticamente perdida, despreparada para o mercado de trabalho. Os números da educação são preocupantes.

https://esbrasil.com.br/rumos-da-economia/